



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre
Gabinete do Superintendente
Serviço de Apoio Administrativo
Divisão de Defesa Agropecuária



**Relatório de Gestão Exercício de 2012
SFA-AC.**

Rio Branco-AC, fevereiro de 2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre
Gabinete do Superintendente
Serviço de Apoio Administrativo



Apresentação.

Relatório de Gestão exercício de 2012 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 121/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e da orientação do Órgão de Controle Interno constantes da Portaria 2546/2010.

A seguir, itens da Portaria TCU nº 150, de 3/7/2012, que atende o art. 4º, § 7º da DN TCU nº 119/2012, que foram suprimidos por não se aplicarem à realidade da Unidade ou que, apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 2, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012); que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Item 2.2 - estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos,

Item 2.3. Execução do plano de metas ou de ações,

Item 2.4, indicadores,

Itens Da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 4, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012); que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Item 4.1.1, informações sobre programas temáticos de responsabilidade da UJ,

Item 4.1.2 informações sobre objetivos vinculados a programas temáticos de responsabilidade da UJ,

Item 4.1.3 informações sobre iniciativas vinculadas a programas temáticos de responsabilidade da UJ,

Item 4.1.4 informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da UJ;

Item 4.1.5 informações sobre programas de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ,

Item 4.1.6 informações sobre ações vinculadas a programas de gestão, manutenção e serviços ao estado de responsabilidade da UJ,

Item 4.2.2.1 programação de despesas correntes,

Item 4.2.2.2 a.12, programação de despesas de capital,

Item 4.2.2.3, resumo da programação de despesas e da reserva de contingência,

Item 4.2.2.4, análise crítica,

Item 4.2.3, movimentação de créditos interna e externa,

Item 4.2.4.1.2, despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários,

Itens Da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 5, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012); que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Item 5.1.1, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Item 5.1.2, análise crítica;

Item 5.3. Transferência de recursos,
Item 5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício
Item 5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios,
Item 5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes,
5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse,
Item 5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse
5.3.6. Análise Crítica,
Item 5.4.1.2, Suprimento de fundos – conta tipo “B”,
Item 5.5.1, renúncias tributárias sob gestão da UJ, da Portaria TCU nº 150/2012,
Item 5.5.2, valores renunciados e respectiva contrapartida,
Item 5.5.3, contribuintes beneficiados pela renúncia – pessoa jurídica e física,
Item 5.5.4, beneficiários da contrapartida da renúncia tributária - pessoas físicas e jurídicas,
Item 5.5.5 a.36, programas orçamentários financiados com contrapartida de renúncia de receita tributária;
Item 5.5.6 A.37, prestações de contas de renúncia de receitas,
Item 5.5.7 a.38, comunicações à RFB,
Item 5.5.8, indicadores de gestão da renúncia de receitas,
Item 5.5.9, declaração de situação de beneficiários de renúncia fiscal,
Item 5.5.10, fiscalizações realizadas pela RFB,
Itens da Portaria TCU nº 150/2012, referente à parte A, item 6, do anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012), que apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.
Item 6.1.1.1, situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada,
Item 6.1.5, acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos,
Item 6.1.6, providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos,
Item 6.1.7.2, atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico,
Item 6.1.7.3, informações da atuação do órgão de controle interno (OCI) sobre os atos,
Item 6.1.8, indicadores gerenciais sobre recursos humanos,
Item 6.2.1, informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão,
Item 6.2.2, informações sobre a substituição de terceirizados em decorrência da realização de concurso público,
Item 6.2.3, autorizações expedidas pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados,
Item 8.1. gestão da tecnologia da informação (TI),
Item 8.2, análise crítica,
Item 11.1 informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor,

Antonio Cesar Lazzare
Superintendente da SFA-AC.

SUMÁRIO

Apresentação	2
Item 1, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	6
1.1. Identificação da UG Relatório de Gestão Individual.	6
1.2. Finalidade e competência	7
1.3. Organograma	7
1.4. Macroprocessos	8
1.5. Principais parceiros externos	10
Item 2, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	10
2.1. Planejamento, Planos de metas e de ações	10
Item 3, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	11
3.1. Avaliação do sistema de controles internos da UJ	11
3.2. Sistema de Correição da UJ.	12
Item 4, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	13
4.1. Demonstrativo da execução por programa de governo	13
4.2. Execução física das ações realizadas pela UJ	74
4.3. Identificação das unidades orçamentárias	75
4.4. Despesas por modalidade de contratação - créditos de movimentação	75
4.5. Movimentação orçamentária por grupo de despesa	75
4.6. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de movimentação	76
4.7. Análise crítica	77
Item 5, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	77
5.1. Utilização da conta tipo “B” e do cartão crédito corporativo pela UJ	77
5.1.1 Suprimento de Fundos – visão geral	77
5.2. Restos a pagar de exercícios anteriores.	77
5.3. Transferências de recursos	77
5.4. Prestações de contas de suprimentos de fundos (CPGF)	78
5.5 . Análise Crítica	78
Item 6, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	78
6.1. Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12	78
6.2. Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (situação em 31/12)	78
6.3. Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12	79
6.4. Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade situação apurada em 31/12	79
6.5. Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	80
6.6. Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31/12	81
6.7. Instituidores de pensão situação apurada em 31/12	81
6.8 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	81
6.9 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	82
6.10 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	82
6.11. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	82
6.12. Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra	83
6.13. Composição do quadro de estagiários	83
Item 7, Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 2012	84

7.1. Distribuição espacial dos bens e moveis de uso especial de propriedade da união	84
7.2. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	85
7.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	85
7.4. Informação sobre a frota de veículos próprios e custos de manutenção durante a gestão	85
Item 8, Parte “A”, do anexo II da DN TCU n° 119, de 2012 (não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.	87
Item 9, Parte “A”, do anexo II da DN TCU n° 119, de 2012	87
9.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis	87
9.2. Consumo de papel, energia elétrica e água	88
Item 10, Parte “A”, do anexo II da DN TCU n° 119, de 2012	89
10.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	89
10.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	90
10.3. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	90
10.4. Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	92
10.5. Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	93
10.5.1. Análise crítica.	93
10.6. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	93
Item 11, Parte “A”, do anexo II da DN TCU n° 119, de 2012	94
11.1. Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	94

1.1. -Identificação da UG Relatório de Gestão Individual.

Poder e Órgão de vinculação.

Poder: Executivo

Órgão de vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Identificação da Unidade Jurisdicionada

Denominação : Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC.

Denominação abreviada: SFA-AC.

Código SIAFI: 130088

Código SIORG: 002798

Código LOA: 22101

Código CNAE: 8413-2/00

Situação: Ativa

Natureza Jurídica: Órgão público

Principal atividade: Agricultura.

Telefones: (68) 3212 – 1300 Fax: (68) 3212 – 1313 / 3212-1318 .

Endereço eletrônico: E-MAIL: sfa-ac@agricultura.gov.br

Página na Internet: www.agricultura.gov.br

Endereço postal: Rodovia Ac 40, Nº 793–Cep 69901-180–Rio Branco-AC

Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normativos de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada. Decreto Imperial nº 1067 de 28/07/1860, Decreto nº 1142 de 02/11/1892, Decreto nº 19448 de 03/12/1930, Medida Provisória nº 150 de 15/03/1990, Lei nº 8.028 de 12/04/1990, Medida Provisória 2216-37 de 31/08/2001, Medida Provisória 103 de 01/01/2003, depois convertida na Lei 10.683 de 28 de maio de 2003.

Código da Gestão no SIAFI: 000001 Tesouro Nacional

CNPJ: 00.396.895/0014-40

1.2. Finalidade e Competência.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

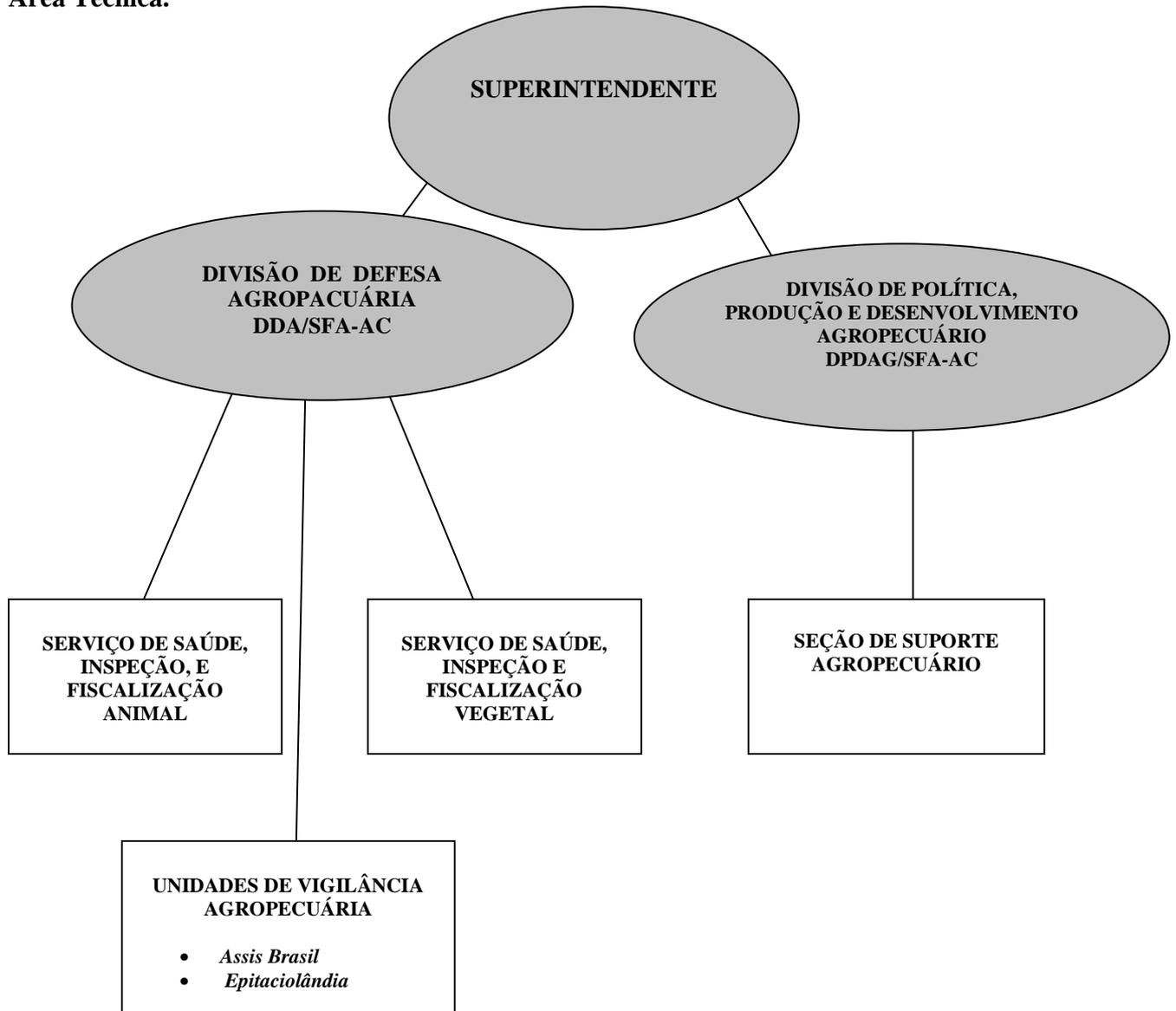
Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de cinco secretarias, 27 Superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

Missão

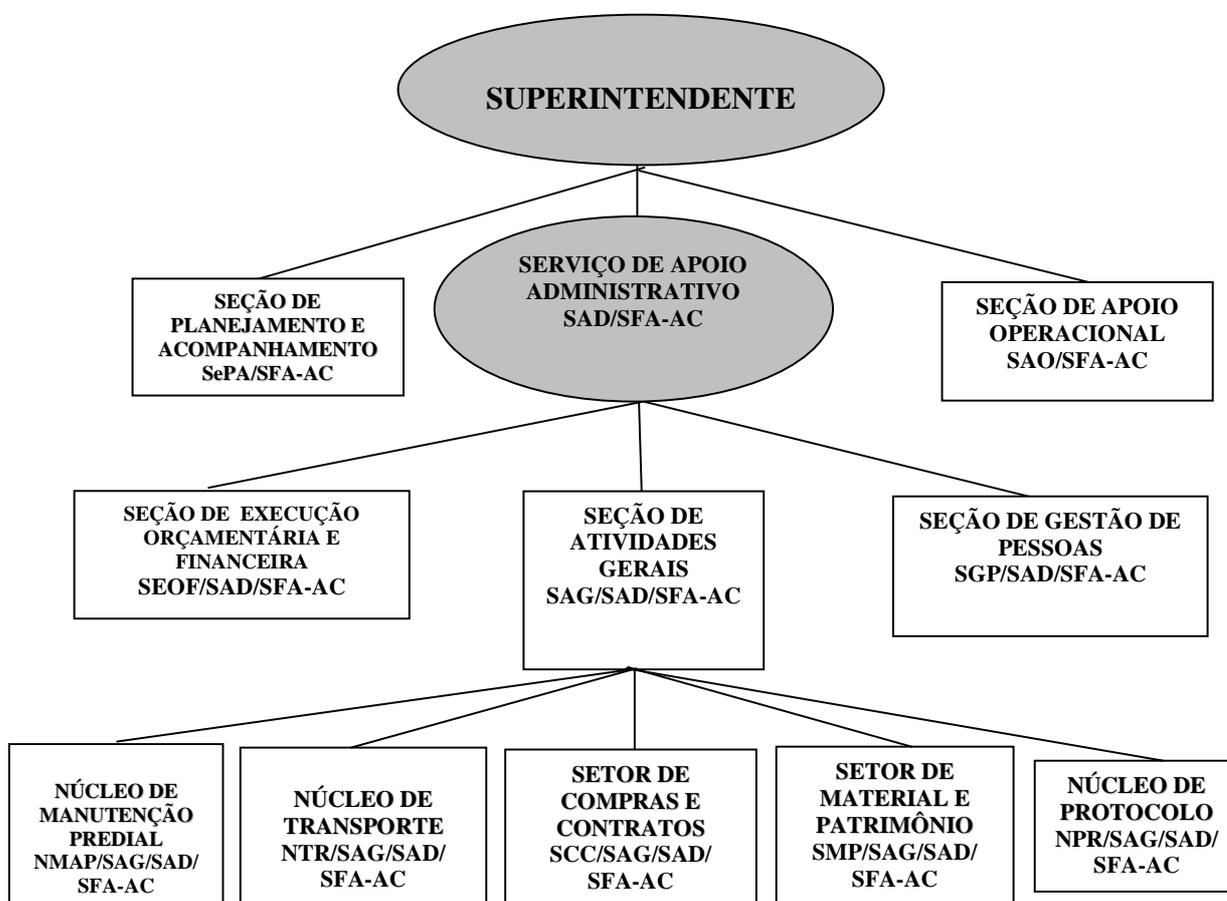
Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira.

1.3. Organograma.

Área Técnica.



Área Administrativa.



1.4. Macroprocessos.

Secretarias.

Dentre as diversas Secretarias destaca-se a Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA, a esta cabe a execução das ações de Estado para prevenção, controle e erradicação de doenças animais e de pragas vegetais.

Superintendências.

Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Titular da Pasta, consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- Defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- Fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura;

- Assistência técnica e extensão rural;
- Infra-estrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- Produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- Administração de recursos humanos e de serviços gerais;
- Programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- Qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários, e aperfeiçoamento da Gestão da Superintendência.

As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado. Compete, ainda às Superintendências Federais a execução de atividades específicas demandadas pela Secretaria Executiva, relacionadas às inerentes competências de ouvidoria e de corregedoria.

A organização da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre, foi alterada em 2010, pela Portaria Ministerial nº 428 de 09.06.2010, ficando assim estruturada:

Unidades de Assistência Direta:

Superintendente,

Unidades de Apoio Operacional:

Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA; e
 Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA;
 Seção de Apoio Operacional - SeAO; MUDOU O NOME
 Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA
 Seção de Execução Orçamentária e Financeira- SEOF/DAS/SFA
 Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA
 Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAD/SFA
 Setor de Compras e Contratos – SCC/DAS/SFA
 Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SAD/SFA
 Núcleo de Protocolo – NPR/SAD/SFA
 Núcleo de Transporte – NTR/SAD/SFA

Unidades de Execução Finalística:

Unidades Centrais:

Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-AC;
 Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Vegetal- SIFISV/DDA/SFA;
 Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização animal – SIFISA/DDA/SFA.
 Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA
 Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG/DPDAG/SFA

Unidades Descentralizadas:

Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Epitaciolândia/VIGIAGRO-AC;
 Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO-Assis Brasil/VIGIAGRO-AC.

1.5. Principais parceiros externos:

Dentre os parceiros externos do MAPA enumera-se o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre-IDAF, EMBRAPA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente no Acre -SEMA, CONAB-AC, UFAC, IFAC, SENAR-AC, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar-SEAPROF-AC, Secretaria Municipal de Agricultura e Floresta-SAFRA-Ac, etc.

Item 2 da Parte “A”, do anexo II da DN TCU nº 119, de 18/1/2012

2.1. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações.

A Gestão Estratégica é Planejada, gerenciada e monitorada pelo **MAPA/BSB**, que concilia as políticas públicas com as demandas do agronegócio para melhorar a competitividade do setor. Seu papel é oferecer condições para que o Brasil alcance e consolide a posição de líder mundial do agronegócio, atendendo, paralelamente, às necessidades e exigências do mercado interno e a segurança alimentar da população brasileira. Para alcançar esses objetivos são elaborados estudos e levantamentos que consideram a dinâmica e as perspectivas de crescimento do agronegócio no mercado internacional. São definidas, então, as metas a serem alcançadas dentro de um período determinado de tempo. As projeções atuais refletem as tendências de produção, consumo e comércio exterior para produtos agropecuários em um horizonte de 11 anos (2009 a 2019).

Entre as metas estabelecidas para 2015 está a busca da excelência administrativa, garantindo maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e o fortalecimento e harmonização do setor, coordenando e promovendo a igualdade entre os atores envolvidos. Os objetivos estratégicos, que compõe o Plano Estratégico do Ministério, incluem ainda, a garantia da segurança alimentar do povo brasileiro; a ampliação da participação da agro energia na matriz energética do país; o aumento da produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos; e a atuação no sentido de impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.

As atividades e ações da Superintendência Federal da Agricultura no Estado do Acre, muitas vezes, passam despercebidas pela sociedade. Contudo, a falta dos recursos financeiros repassados ao Estado e Municípios e dos serviços prestados pelo MAPA causaria sérios impactos diretos e indiretos na vida da população, que somente seriam sentidos ao longo do tempo.

As políticas de desenvolvimento adequadas disponibilizam fomento e capacitação para produtores e técnicos. Com o repasse financeiro firmado nos convênios com o Estado do Acre e com a grande maioria dos municípios acreanos é possível garantir a qualidade dos rebanhos bovinos, bem como estimular o mercado da produção orgânica, proporcionando à população frutas, verduras, raízes e outras partes de vegetais mais saudáveis.

Por fim, os esforços despendidos pelos servidores administrativos e técnicos para a consecução da finalidade e dos objetivos propostos, por vezes atuando em ambientes insalubres e

perigosos, justificam a manutenção e, até mesmo, a ampliação do quadro de servidores, a fim de atender a crescente demanda do setor agropecuário.

Item 3, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					
	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.2. Sistema de Correção da UJ.

A estrutura e as atividades de correção e seu cumprimento ficaram sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correção do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD.”

Item 4, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18/1/2012

4.1. Demonstrativo da Execução por Programa de Governo e suas Ações.

Identificação do Programa de Governo	
1. Código no PPA: 0356	Denominação: Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Tipo do Programa: finalísticos	
Objetivo Geral: Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores	
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar	
Gerente do Programa: Ênio Antônio Marques Pereira	Responsável na UJ: Márcia Martins Lopes – área animal
Público Alvo: Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.	

1.a. Ação Código 8938	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal - INSPANIMAL 3.
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Inspeção – CGI Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal / DIPOA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciament. ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação	

Nacional – CAN	Luiz Carlos de Oliveira / Judi Maria da Nóbrega
Coordenador da Ação Estadual, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952, alterado pelos Decretos nº 1.255 de 25/06/1962, 1.236 de 02/09/1994, 1.812 de 08/02/1996 e 2.244 de 04/06/1997 e Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 20/11/1998

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	604	Finalístico	8938	A	3	Unidade	3	3	3

Fonte: SIPLAN; POA DIPOA 2012

Informações orçamentárias e financeiras da Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL 3					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$	R\$	R\$	R\$		R\$
60.876,69	60.876,69	R\$ 60.876,69	39.883,49	0	39.575,49

Informações sobre os resultados alcançados - Ação 8938 – INSPANIMAL 3						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário	01/01/2012 a 31/12/2012	3	3	3	3
Fórmula de Cálculo do Índice						
Somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos com controle sanitário, no ano.						
Análise do Resultado Alcançado						
100% dos estabelecimentos registrados sob o Serviço de Inspeção Federal no estado são inspecionados e possuem controle sanitário.						

- Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação

Como mencionado anteriormente, o estado do Acre possui 3 matadouros frigoríficos de bovinos, sendo que os 3 apresentam inspeção permanente através da atuação de fiscais federais agropecuários e médicos veterinários cedidos através de termo de cooperação técnica.

No mês de dezembro, a empresa JBS S/A informou a paralisação das atividades no SIF 3297, sendo que este encontra-se inativo desde então.

Em relação às supervisões programadas no Plano Operativo Anual foram realizadas três supervisões, sendo uma em cada SIF (2951 / 3297 / 4086).

Também conforme programado, foram realizadas colheitas de amostras para análise fiscal (água, sebo, carne bovina e farinha de carne e ossos), bem como colheitas de amostras de tronco encefálico com vistas ao programa de Vigilância para Encefalopatia Espongiforme Bovina. O quantitativo de amostras enviadas para análise encontra-se na tabela abaixo:

Identificação da amostra	Nº de amostras enviadas para análise	Tipo de análise
Água de abastecimento	16	Físico-química Microbiológica
Sebo bovino	10	Físico-química
Carne bovina resfriada	10*	Microbiológica
Farinha de Carne e Ossos	1	Físico-química
Tronco encefálico	27	Imuno-histoquímica Histopatológica

Ao longo do ano foram emitidos onze autos de infração, por diversas infringências às normas estabelecidas no Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA).

Ao longo do ano, agentes e médicos veterinários do Serviço de Inspeção participaram de capacitação que abordaram os seguintes temas: programas de autocontrole para matadouros de bovinos e abate humanitário / bem estar animal.

- Dados de Abate de Bovinos/Bubalinos do Acre

Discriminação	Unidade de Medida	Quantidade
Bovinos/Bubalinos (macho/fêmea)	Cabeça	248.460

* Fonte: SIGSIF

- Número de Estabelecimentos sob Inspeção Federal localizados no Estado do Acre	
Categoria (carne e derivados)	Quantidade
Matadouro frigorífico	03

- Metas Financeiras: Resultados da aplicação no exercício

Execução Financeira/ INSPANIMAL3				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	18.976,73	18.976,73	14.768,76	77,8%
339030	1.000,00	1.000,00	1.000,00	100%
339033	27.079,38	27.079,38	21.389,43	79%
339036	7.667,50	7.667,50	6.065,80	79,1%
339039	5.080,00	5.080,00	4.997,62	98,4%
339092	1.073,08	1.073,08	1.073,08	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

- Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

A ação prevista no SIPLAN para o PI INSPANIMAL3 é “Estabelecimento Inspeccionado”. No Estado do Acre temos 3 estabelecimentos que têm Inspeção Federal permanente. Esses estabelecimentos são matadouros frigoríficos de bovinos, sendo que no ano de 2012 os 3 estabelecimentos mantiveram 1 FFA lotado na referida planta. Na sede, porém, não contamos com nenhum FFA lotado para atuar especificamente no PI INSPANIMAL 3. Em 2012, contamos com 6 servidores do MAPA atuando como Agentes de Atividades Agropecuárias, denominados de Agentes de Inspeção, atuando nos SIFs (Serviços de Inspeção Federal), 7 Agentes de Inspeção oriundos do acordo de cooperação técnica (que chamamos de conveniados) e 40 auxiliares de inspeção do Art. 102 do RIISPOA (Lei nº 1.283 de 18/12/1950; Decreto nº 30.691 de 29/03/1952), que atuam sob a responsabilidade do SIF, mas são contratados sob regime CLT de trabalho, pelas empresas.

- Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Adequação do quadro técnico atuante na área da inspeção, bem como capacitação nas diversas áreas da inspeção.

- Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SIFISA/DDA/SFA-AC

- DIPOA

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno (eficácia, eficiência ou de efetividade).

Indicador de produtividade – Eficiência (inspeção de estabelecimentos registrados)

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos inspecionados}}{\text{n}^\circ \text{ de estabelecimentos registrados}} = 100\%$

$\frac{03}{03} = 100\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Márcia Martins Lopes

- Comparativo do Número de Abates sob inspeção federal localizados no Estado do Acre.

Metas Físicas	Unid. de Medida	2010	2011	2012
Quantidade Abates	bovinos	290.429	289.590	248.460

- Comparativo das principais Execuções Financeiras da Ação INSPANIMAL

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
339014	10.329,70	10.401,31	18.976,73	8.371,53	9.788,09	14.768,76
339030	3.650,00	120,00	1.000,00	3.310,64	120,00	1.000,00
339033	6.150,00	12.213,10	27.079,38	6.150,00	9.404,02	21.389,43
339036	-	2.820,50	7.667,50	-	2.920,50	6.065,80
339039	1.500,00	600,00	5.080,00	1.500,00	0,00	4.997,62
339092	-	-	1.073,08	-	-	1.073,08

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

1.b. Ação Código 4842	Erradicação da Febre Aftosa
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa , objetivando o acesso do produto nacional aos mercados.
Descrição	Realização de reuniões com o órgão executor para estabelecimento das prioridades e estratégias zoonosológicas; contribuir na elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento; das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento; fiscalização e controle vacinas vendidas

	na UF, realização de diagnóstico e monitoramento soro epidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/SDA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Guilherme Henrique Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Rejane Maria Lemos Santos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 9.712 de 1998

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 4842

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Índice de cobertura vacinal	01/01/2012 a 31/12/2012	152.581	152.581	152.581	152.581

Fórmula de Cálculo do Índice

$$\text{Índice de cobertura vacinal: } \frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{2.572.136}{2.628.883} \times 100 = 97,84\%$$

A cobertura vacinal no ano de 2012 foi considerada boa, muito embora de 2011 a 2012 houve uma redução de 0,34% e esta diferença foi considerada mínima pelo fato de corresponder a animais de regiões com difícil acesso, tais como Marechal Taumaturgo (50,59%) e Porto Walter (79,53%), cujos municípios estão vinculados à unidade local de Cruzeiro do Sul, localizadas no Alto Juruá, região Noroeste do estado do Acre, respectivamente e que apresentaram índice vacinal inferior ao aceitável pelo DSA que é de 85%.

No ano de 2012 foi elaborado um Plano de Ação de Febre Aftosa – Vol I - em todos os municípios do Estado do Acre, para o pronto atendimento de suspeitas e o rápido estabelecimento das medidas iniciais de contenção e erradicação de um possível foco de Febre Aftosa em alguma Unidade Local do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF-AC, onde informações de suma importância para futuras estratégias foram contempladas, tais como: Autoridades municipais, Representantes da defesa civil e do setor agropecuário na área da UVL; Equipe de Emergência Sanitária Animal do Estado do Acre;

Meios de comunicação social na área da UVL; Estabelecimentos que comercializam produtos agropecuários; Instituições de ensino/pesquisa/extensão; Contatos de UVLs limítrofes; Profissionais da iniciativa privada e instituições que atuam na área da UVL; Veículos Transportadores de animais ou produtos de risco; Áreas consideradas de maior risco de introdução e/ou manutenção do vírus da febre aftosa; Locais de aglomerações de animais na área da UVL; Portos, Aeroportos e Rodoviárias na área da UVL; Vias de acesso e Principais pontos para fiscalização do trânsito na UVL (fixos e volantes); Estabelecimentos que processam Produtos de Origem Animal na área da UVL; Hotéis na área da UVL; Disponibilidade de Máquinas pesadas na área da UVL; Relação de locais para possível implantação da unidade local de coordenação das atividades de campo durante ações emergenciais, com capacidade para instalação de almoxarifado, pátio que possa ser utilizado como garagem para muitos veículos, boa iluminação e água em abundância, possibilidade de controle de ingresso de veículos e pessoas, local para limpeza e desinfecção de roupas e veículos, salas para as equipes de trabalho, coordenação geral e reuniões, e acesso a telefone e internet; e Material de atendimento da suspeitas de doenças vesiculares.

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF-AC, substituiu o Software de Gerenciamento de Informações, tornando assim as operações débito e crédito do rebanho mais consistentes, superando o anterior; outro ponto a ser considerado foi a Evolução de Rebanho, que no Estado do Acre, ficou preconizado que ocorrerá sempre no mês de Novembro de cada ano, por causa da concentração do nascimento de bezerros entre Abril a Setembro.

Análise do Resultado Alcançado

O índice mínimo aceitável de vacinação que é determinado pelo DSA é 85%. O Estado do Acre vem conseguindo ultrapassar este índice no geral em 14 (quatorze) ciclos, e apenas 0,016 % do total do rebanho bovino do Estado em 02 (dois) municípios, corresponde a nenhuma interferência no índice final do Estado.

Fonte: DDA/SFA-AC.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Índice de supervisão Semestral SIFISA	01/ 01/ 2012 a 31/12/2012	100%	100%	100%	117,0 %
<p>Fórmula de Cálculo do Índice: Índice de supervisão Semestral SIFISA: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de supervisões programadas}} \times 100 = \frac{22}{22} \times 100 = 100,0 \%$</p>						
<p>Foram 22 (vinte e duas) supervisões realizadas no ano de 2012 e foram realizadas em todas as 16 (dezesseis) UVLs, nos 19 (dezenove) EACs e nos 04 (quatro) Postos Fixos.</p>						

Análise do Resultado Alcançado.

As supervisões previstas para ocorrer no ano de 2012 atenderam a previsão.

Fonte: SIFISA/SFA-AC.

- Quadro demonstrativo da execução Financeira por elemento de despesas..

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de aplicação (%)
339014	6.138,75	5.411,37	88,2%
339030	300,00	300,00	100%

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliações descritivas dos resultados.

No ano de 2012 a manutenção do status livre de Febre Aftosa com vacinação no Estado do Acre foi mantida; as 10 (dez) investigações foram descartadas e determinadas como sendo: 02 (duas) Pododermite Traumática, 02 (duas) por Corpo Estranho e 06 (seis) por lesões traumáticas. No ano de 2012, as dificuldades encontradas pelo Serviço de Defesa Sanitária Animal do estado do Acre foram imensas, tendo em vista de não ter se concretizado o Convênio entre o Governo do Estado e o MAPA, no entanto, houve alguns avanços, principalmente na implantação do Sistema de Emissão Eletrônica de Guia de Trânsito Animal (e-GTA), onde das 16 (dezesesseis) Unidades Locais, 15 (quinze) estão conectadas, ficando apenas a de Assis Brasil pela dificuldade de acesso ao sistema informatizado.

-Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.

- Para evitar que insucessos surjam, são metas programadas, as realizações de supervisões e a reativação do Convênio MAPA e IDAF-AC.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

- SIFISA/DDA/SFA-AC
- IDAF/AC

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

Índice de cobertura vacinal: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de animais vacinados}}{\text{n}^\circ \text{ de animais existentes}} \times 100 = \frac{2.572,136}{2.628,883} \times 100 = 97,84 \%$

Índice de supervisão

Semestral SIFISA: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de supervisões realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de visitas programadas}} \times 100 = \frac{22}{22} \times 100 = 100\%$

Responsável pelo cálculo/medição: Rejane Maria Lemos Santos

- Quadro Comparativo da execução física do PI FEBREAFTOS:

Metas Físicas	Unidade de Medida	2010	2011	2012
Manutenção da área livre de Febre aftosa com vacinação	Km ²	152.581	152.581	152.581
Supervisão em Unidade Veterinária Local / EAC e Postos Fixos e unidade central do IDAF	unid	23	77	22
Supervisão com acompanhamento de propriedades nas Sorologias em 2010.	unid	09	02(**)	-

** Março e Abril de 2011.

- Quadro Comparativo Execuções Financeiras por elemento de despesas.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
339014	11.707,20	16.775,43	6.138,75	9.955,01	7.954,40	5.411,37
339030	4.500,00	2.820,00	300,00	4.498,48	2.820,00	300,00
339033	5.188,12	9.700,00	-	5.188,12	9.700,00	-
339036	10.958,10	2.743,50	-	10.670,20	2.272,70	-
339039	1.500,00	2.000,00	-	1.000,00	2.000,00	-
449092	619,50	-	-	619,50	-	-
449052	500.000,00	-	-	-	-	-
443042	-	727.202,00	-	-	727.202,00	-

(*) Coordenador de Ação Estadual

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

1.c. Ação Código 8658	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena;

Descrição	elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do país, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação Zoossanitário; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação Geral de Combate às Doenças – CGCD/DSA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC (Jan a Dez de 2011)
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Guilherme Henrique Marques
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Rejane Maria Lemos Santos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 24.548, de 03 de setembro de 1934 e Portaria 45, de 22 de março de 2007. SFA-AC/MAPA e IDAF-AC

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 8658						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
01	Índice de propriedades atendidas	02/01/2012	10.000	10.000	3.640	3.419

Número de propriedades atendidas: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de prop. atendidas}}{\text{n}^\circ \text{ de prop. programadas}} \times 100 = \frac{3.419}{3.640} \times 100 = 93,9 \%$

O índice de 93,9% não corresponde à meta total proposta, no entanto, deve-se levar em conta, que o índice foi atendido sem recursos do Convênio MAPA.

Análise do Resultado Alcançado

O índice alcançado foi bom diante da meta proposta. Neste resultado estão inclusos os dados das propriedades atendidas com ações nas áreas de Brucelose, Tuberculose, Anemia Infecciosa Equina e outros agravos, executados pelo SIFISA, IDAF-AC e Médicos Veterinários da

iniciativa privada com notificação encaminhada a este SIFISA.

Fonte: SIPLAN, 2012.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Nº de Propriedades trabalhadas em Brucelose Bovina.	01/ 01/ 2011 a 31/12/2011	193	231	231	247

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de prop. trabalhadas: $\frac{\text{nº de prop. trabalhadas}}{\text{nº de prop. programadas}} \times 100 = \frac{247}{231} \times 100 = 106,9\%$

Para obtenção do indicador foi pego a nº de propriedades trabalhadas no ano anterior somado a este 20%, usado como meta para o ano subseqüente.

Análise do Resultado Alcançado

O índice alcançado foi bom diante da meta proposta. Neste resultado estão inclusos os dados das propriedades atendidas com ações na área de Brucelose executados principalmente pelo Médicos Veterinários da iniciativa privada habilitados no MAPA, cujos relatórios mensais são encaminhados para o IDAF-AC e SIFISA.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
02	Nº de Propriedades trabalhadas em Brucelose Bovina.	01/ 01/ 2012 a 31/12/2012	231	247	247	232

Fórmula de Cálculo do Índice

Número de prop. trabalhadas: $\frac{\text{nº de prop. trabalhadas}}{\text{nº de prop. programadas}} \times 100 = \frac{232}{247} \times 100 = 93,92$

Texto: Para obtenção do indicador foi pego a nº de propriedades trabalhadas no ano anterior e usado como meta para o ano subseqüente.

Análise do Resultado Alcançado

O índice alcançado foi bom diante da meta proposta. Neste resultado estão inclusos os dados das propriedades atendidas com ações na área de Brucelose executados principalmente pelo Médicos Veterinários da iniciativa privada habilitados no MAPA, cujos relatórios mensais são encaminhados

para o IDAF-AC e SIFISA.

→ Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose:

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT começou a apresentar resultados no Estado do Acre a partir de janeiro de 2005, através do processo de vacinação e realização de exames de monitoramento de rebanhos. Em 2012 foram examinados 7.119 animais para Brucelose bovina, destes 177 foram diagnosticados positivos; para Tuberculose bovina foram 4.603 animais examinados com 3 positivos.

Supervisões:

Foram realizadas 20 supervisões. Em Rio Branco 02 (duas) Supervisão documental na Coordenação Estadual do Programa de Brucelose e Tuberculose e 01 (uma) na sala de distribuição de insumos; 01 (uma) supervisão documental nos relatórios de 05(cinco) habilitados que estão manipulando antígenos em suas respectivas salas de realização de exames, 16 (dezesesseis) supervisão ‘in loco’ em propriedades rurais (01 em Rio Branco, 01 em Senador Guiomard,, 05 em Acrelândia, , 03 em Bujari, 3 em Sena Madureira e 03 em Manoel Urbano).
.A saber:

1. Rio Branco:

A supervisão documental foi realizada no municípios de Rio Branco, em julho de 2012 pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC acompanhada pelo Médico Veterinário da Unidade Local de Atenção Veterinária (ULSAV) e responsável pela Coordenação do programa em âmbito estadual.

A Fiscalização da propriedade, Fazenda Nossa Senhora Aparecida, foi realizada em 21/08/2012.

Durante esta supervisão documental e estrutural na sala da UVL – Rio Branco onde funciona a Distribuição dos Insumos verificou-se algumas não conformidades, tais como: controle falho no registro da entrega dos insumos e não conformidades no controle do

2. Senador Guiomard

A supervisão foi realizada no município de Acrelândia nos dias 21 de agosto, pelo Fiscal Federal Agropecuário e Técnico da SFA-AC com visita “in loco em 01 (uma) propriedades com animal reagente para tuberculose.

3. Acrelândia

A supervisão foi realizada no município de Acrelândia nos dias 05, e 06 de novembro de 2012, pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC e Técnico, com visita “in loco em 05 (cinco) propriedades

4. Manoel Urbano

A supervisão foi realizada no município de Manoel Urbano no dia 07, pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC e Técnico, a propriedades previamente agendadas pelo Méd. Vet da UVL e com o respectivo acompanhamento pelo mesmo. Foram visitadas 03 (três) propriedades .

5. Sena Madureira

A supervisão foi realizada no município de Sena Madureira no dias 08 de novembro de 2012, pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC e Técnico, com visita “in loco em 03 (três) propriedades .

6. Bujari

A supervisão foi realizada no município de Manoel Urbano no dia 09, pelo Fiscal Federal Agropecuário da SFA-AC e Técnico, as propriedades foram previamente agendadas pelo Méd. Vet da UVL e com o respectivo acompanhamento pelo mesmo. Foram visitadas 04 (quatro) propriedades.

A metodologia utilizada para a supervisão de propriedades foi a escolha aleatória de propriedades com ação de vacinação pelos agentes vacinadores sob supervisão do Méd. Veterinário e propriedades que realizaram exames em meses anteriores e/ou com animais regentes.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
03	Fiscalização ativa de alimentos para ruminantes em estabelecimentos de criação	01/ 01/ 2012 a 31/12/2012	8	18	6	6

Fórmula de Cálculo do Índice

(%) de Fiscalização ativa de alimentos para

ruminantes: $\frac{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações realizadas}}{\text{n}^\circ \text{ de fiscalizações propostas}} \times 100 = \frac{6}{6} \times 100 = 100\%$.

O % de fiscalizações realizadas pelo serviço veterinário oficial foi de acordo com o planejado pela Coordenação Nacional do PNCRH e Outras Encefalopatias;

- A expectativa para o ano de 2013 é a de que tais fiscalizações ocorram em propriedades de risco e principalmente em municípios que existam Polos Avícolas (Xapuri, E'pitaciolândia, Brasília e Assis Brasil)

Análise do Resultado Alcançado

Para o ano de 2012, a meta prevista pela Coordenação Nacional do Programa Nacional de Controle da Raiva e Outras Encefalopatias (PNCRH) foi a realização de 6 (seis) fiscalizações, como parte das atividades de vigilância ativa para a Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB. Foram emitidos 06 (seis) Termos de Investigação fiscalizações em propriedades

sem coleta, em 05 (cinco) municípios: Bujari/AC (01), Plácido de Castro/AC (01), Porto Acre (01), Senador Guimard (01) e Rio Branco (02).

*** Entraves para o Programa Nacional de Raiva dos Herbívoros e EETs:**

- Para os Médicos Veterinários Oficiais e Privados : Necessidade de atualização de procedimentos para realizar coleta de material para o diagnóstico laboratorial em casos de suspeita de síndrome neurológica; treinamento para o controle de morcegos hematófagos em seus reservatórios naturais bem como a identificação de refúgios;
- Falta de conscientização dos produtores através da educação sanitária;
- Falta de envolvimento do órgão estadual no programa de vigilância ativa para EEB;
- Falta de iniciativa do órgão estadual para programar ações, mediante a disponibilidade de kits para captura, cedidos ao IDAF desde o ano de 2008;
- Falta de envolvimento entre as instituições voltadas para a prevenção e controle da Raiva (SEMSA, SESACRE, UFAC e IDAF/AC) e comunidade nos trabalhos;

- A Superintendência Federal de Agricultura no Acre – SFA-AC possui em sua sede, 01 (um) Laboratório de Diagnóstico de Raiva e 01 (um) Biotério, funcionando com bastante dificuldade em função de manter o mesmo funcionando através de parcerias. Cabe salientar que a criação e a instalação deste laboratório foram em função de focos de Raiva Humana no Estado do Acre ocorrido no ano de 1997;

Estas parcerias funcionam da seguinte forma: O técnico responsável pelo diagnóstico pertence ao quadro funcional da Secretaria Estadual de Saúde – SESACRE e 01 (uma) auxiliar de serviços gerais que pertence a Secretaria de Agricultura; a parte de manutenção com materiais de limpeza é cedido pela Secretaria Municipal de Saúde; a Ração dos animais do Biotério (camundongos) é fornecido pelo órgão Estadual de Defesa Sanitária Animal – o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre – IDAF-AC.

Segundo Relatório Parcial das Atividades desenvolvidas no Laboratório de Raiva da SFA-AC, no ano de 2012 foram o seguinte: 267 (duzentos e sessenta e sete) exames, sendo nas várias espécies: Bovina - das 08 (oito) amostras, 06(seis) foram POSITIVAS; a de espécie Canina – 248 (duzentos e quarenta e oito) amostras - todas NEGATIVAS; espécie Felina doméstica – de 02 (duas) amostras ambas Negativas; espécie Felina silvestre, Ovina e espécie Suína – de 01 (uma) amostra de cada – todas foram Negativas; espécie Quiróptera - de 06 (seis) amostras – todas foram Negativas.

→ Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos:

No ano de 2012 concluiu-se o Inquérito Soroepidemiológico para Peste Suína Clássica no estado do Acre.

A partir dos resultados laboratoriais obtidos no LANAGRO-MG e LANAGRO-PE, iniciou-se o processo de investigação epidemiológica nas propriedades que obtiveram resultado positivo para a PSC no teste de ELISA e Virusneutralização.

Demonstração de resultados reagentes na detecção de anticorpos para o vírus da PSC por ELISA

LAUDO DE DIAGNÓSTICO	Nº DE PROPRIEDADES	IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES
PL – LDDV2012/0071	15	AC-003 / AC-011 / AC-017 / AC-042 / AC-051 AC-114 / AC-137 / AC-139 / AC-147 / AC-206 AC-211 / AC-230 / AC-238 / AC-278 / AC-318

Fonte: Laudos laboratoriais – LANAGRO-MG

Demonstração de resultados positivos na detecção de anticorpos para o vírus da PSC por Vírus neutralização.

LAUDO DE DIAGNÓSTICO	Nº DE PROPRIEDADES	IDENTIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES
LAUDO LANAGRO-PE (04/04/2012 e 26/04/2012)	04	AC-011 / AC-017 / AC-206 / AC-230
LAUDO LANAGRO-PE (25/05/2012)	01	AC-230

Fonte: Laudos laboratoriais – LANAGRO-PE

Mediante o resultado positivo no teste de virusneutralização, as propriedades acima relacionadas foram interditadas e nova colheita de amostras foi realizada para posterior remessa ao LANAGRO-PE. Em nenhuma destas propriedades foram identificados sinais clínicos compatíveis com doença hemorrágica.

Nesta nova análise laboratorial no LANAGRO-PE apenas a propriedade AC-230 apresentou amostras positivas na pesquisa de anticorpos contra a PSC. Desse modo, foi dada continuidade na investigação epidemiológica desta propriedade localizada no município de Rio Branco, sendo as demais propriedades desinterditadas.

Conforme laudo expedido pelo LANAGRO-PE, no dia 19/6/2012, todas as amostras encaminhadas, referentes à propriedade AC-230 apresentaram resultado negativo para PSC, sendo compatível ao histórico clínico observado na propriedade ao longo das visitas realizadas.

Mediante a conclusão do estudo foi elaborado o Relatório Final do Inquérito sendo este encaminhado à Divisão de Sanidade Suídea do DSA, aguardando o trâmite para o reconhecimento do estado na atual Zona Livre de Peste Suína Clássica.

*** Entraves do Programa Nacional de Sanidades dos Suídeos – PNSS:**

- Falta de continuidade em ações de vigilância relacionadas à sanidade dos suídeos
- Ausência de prioridade na execução do Programa por parte do estado

Demonstrativo da execução física não programada:

- Emissão de Parecer Técnico: 59
- Autuação de processos de sacrifícios de animais positivos p/ AIE: 59
- Envio de amostras de tronco encefálico (Vigilância EEB): 27 (Vinte e sete);
- Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional para cães (CZI) – 02 (dois);
- Emissão de Autorização para Exportação de Peixe Vivo (Arapaima gigas) – 01 (um).

Comparativo da execução financeira - PCEANIMAL

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE**		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
339014	12.214,86	7.939,60	16.993,30	12.214,86	6.300,50	14.316,90
339030	73.080,90	2.999,13	2.500,07	65.238,00	2.999,13	2.500,07
339033	17.650,00	23.219,20	35.700,00	17.650,00	23.219,20	35.700,00
339036	103.566,83	7.621,10	21.726,20	65.139,60	7.621,10	8.630,00
339037	-	-	19.275,81	-	-	19.244,84
339039	103.000,00	9.100,00	13.680,09	103.000,00	9.100,00	13.680,09
339092	-	-	240,92	-	-	240,92
333041	-	-	-	-	286.914,93	-
443042	-	20.600,00	-	-	-	-

(**) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos – PNSE:

Foram definidos os procedimentos a serem adotados a partir do ano de 2012, inclusive com o processo de levantamento sorológico (saneamento), como resultados podemos citar:

- Como resultado dos novos procedimentos adotados junto ao órgão executor de saúde animal – IDAF/AC – no ano de 2012 foram saneadas 14 (quatorze) propriedades em um total de 142 (cento e quarenta e dois) animais, dos animais positivos, foram destruídos 34 (trinta e quatro) animais.

*** Entraves do Programa Nacional de Sanidades dos Eqüídeos - PNSE:**

A falta de conscientização dos proprietários de eqüídeos para a realização das ações sanitárias deverá ser sanada com a utilização da Educação Sanitária;

Falta de compromisso do órgão executor em algumas Unidades Locais (Rio Branco, Senador Guiomard, Xapuri) para implementação das medidas diante da confirmação de foco;

Atrasos no envio dos relatórios mensais de atividade dos laboratórios credenciados;

Ausência de maior critério por parte dos laboratórios para recebimento de amostras destinadas ao diagnóstico de AIE;

Falta de material químico para realização de sacrifício de animais portadores de Anemia Infecciosa Equina – AIE;

Dos 03 (três) laboratórios credenciados para a realização de diagnóstico de Anemia Infecciosa Equina – AIE, , 02 (dois) estão suspensos desde o mês de Junho de 2012 – O laboratório de análises clínicas Animal do Estado – O LACA não mais realiza exames de diagnóstico da Anemia Infecciosa Equina – AIE, por falta de insumos e reagentes, bem como, ausência de um Responsável Técnico que possa realizar tais exames. – tal deficiência tem dificultado no processo de saneamento de propriedades para a AIE; o outro laboratório – O M.T. Jucá está também suspenso desde o mês de Agosto/2012 por outros problemas.

- **Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA:**

Para 2012 foi mantida a meta de até o dia 06 de Dezembro de 2012 o Estado do Acre realizar todo o cadastramento de Estabelecimentos Avícolas Comerciais e a missão foi cumprida; Mesmo assim o estado continua como unidade federativa “não participante do Plano”, podendo sofrer restrições no trânsito de aves vivas;

Falta de comprometimento do órgão executor na implantação o programa estadual de sanidade avícola, em aderir ao Programa Nacional de Sanidade Avícola e assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional;

Foi nomeado recentemente 01 (um) técnico para trabalhar a implantação e implementação do programa no IDAF/AC e assim ter a coordenação/ supervisão da instituição normatizadora, mas ainda não foi feita nenhuma atividade em relação ao programa;

Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Vontade política e técnica do órgão executor/estado para implantar o programa estadual e assim aderir ao Plano Nacional de sanidade avícola e assim poder solicitar auditoria para classificar o estado no contexto nacional;

Falta de recursos para o programa, a citar: veículos e recursos humanos.

2. Programa 0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.	
Objetivos Específicos: Garantir a qualidade da produção e produtividade agropecuária.	
Gerente do Programa: Ênio Antônio Pereira Marques	Responsável na UJ: Márcia Martins Lopes
Público Alvo: Produtores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.	

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
20	604	0375	2124	A	3	Unidade	46	50	30
20	604	0375	2140	A	3	Unidade	26	39	30
20	604	0375	2019	A	3	Unidade	0	01	01

Fonte: LOA

2.a. Ação - 2124		Fiscalização de Insumos destinados a Alimentação Animal / FISCINAN.
Tipo de Ação.	Ação Orçamentária	
Finalidade.	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.	
Descrição.	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.	
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal – CPAA / DFIP.	
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC	
Responsável Técnico pela Ação /PI no âmbito da UJ.	Maria Eva de Jesus	
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 6.198, de 26/12/1974; Decreto nº 6296 de 11/12/2007.	

Informações sobre os resultados alcançados da Ação 2124 - FISCINAN						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	IAF – Índice de Amostras Fiscalizadas (%)	01/01/2012 a 31/12/2012	0	100%	100%	105,5%
---	---	-------------------------------	---	------	------	--------

Fórmula de Cálculo do Índice

- IAF: Índice de Amostras Fiscalizadas

Fórmula de cálculo: (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100
19 amostras colhidas/ 18 amostras programadas X 100 = 105,5%

• Análise do Resultado Alcançado

A Colheita e o envio de amostras para análise laboratorial é programada anualmente pela Coordenação de Fiscalização de Alimentos para animais (CPAA/DFIP/SDA) e deve obedecer data pré-estabelecida para envio das amostras aos laboratórios da Rede LANAGRO. Tal programação dificilmente é alterada, devido á dificuldade operativa destes laboratórios. Foram realizadas colheita de 19 amostras e 19 enviadas para análise. As colheitas foram feitas totalmente no ano 2012, mesmo com à falta de treinamento do técnico que assumiu o serviço.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	IFF – Índice de Fábricas Fiscalizadas (%)	01/01/2012 A 31/12/2012	160%	160%	120	240%

Fórmula de Cálculo do Índice

- IFF - Índice de Fábricas Fiscalizados – 240%

Fórmula de Cálculo : (Número de Fábricas registradas existentes / Numero de Fiscalizações realizadas) x 100.

$$12 \text{ fiscalizações realizadas} / 05 \text{ fábricas registradas} \times 100 = 240 \%$$

Informações orçamentárias e financeiras da Ação 2140 - FISPROVET					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	0,00	R\$ 0

Ação 2140 - FISPROVET

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	ICPVF: Índice de Comércio de Produtos Veterinários	01/01/2012 A 31/12/2012	136,5	52,27	60	67,24

	Fiscalizados (%)				
--	------------------	--	--	--	--

Fórmula de Cálculo do Índice

ICPV – Índice de Conformidade no comércio de Produtos Veterinários.

Fórmula de cálculo : (Número Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados/ Número de Estabelecimentos Registrados) x100. = 67,24%.

$$39/58 \times 100 = 67,24$$

Análise do Resultado Alcançado

O número de atividades executadas durante o ano foi maior de que o previsto. O novo Fiscal que assumiu o serviço ainda se encontra a espera do treinamento.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	<i>IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados</i>	01/01/2011 A 31/12/2011	20%	19,18%	20%	18,42%

Fórmula de Cálculo do Índice

- IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados:

Fórmula de cálculo : (Número de estabelecimentos autuados /numero de estabelecimentos fiscalizados)x100.

$$7 \text{ estabelecimentos autuados} / 38 \text{ est. Fiscalizado} \times 100 = 18,42$$

Análise do Resultado Alcançado

O índice previsto no exercício foi baseado no IEA do ano anterior, que foi de 20%. As expectativas foram superadas, pois observou-se que o índice baixou para 18,42 % na autuação dos estabelecimentos Fiscalizados. O objetivo principal do MAPA/SFA-AC não é autuar/multar e sim ter os estabelecimentos em conformidade com a legislação vigente.

Fonte: Relatório FISCINAN, FISCINAN e FISPROVET 2012.

Metas físicas executadas:

- Análise de processo de registro de estabelecimento: 0
- Análise de processo de registro de produto: 0
- Fiscalização em estabelecimento: 39 estabelecimentos. 12 (estabelecimento produtor) 27 (comércio)
- Vistoria em estabelecimento: 03

Informações orçamentárias e financeiras da Ação 2124 - FISCINAN				Em R\$ 1,00	
2012					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não	Valores Pagos
Inicial	Final				

				processados	
R\$ 8.152,50	R\$ 8.152,50	R\$ 7.912,50	R\$ 6.065,11	0,00	R\$ 6.065,11

Execução Financeira por elemento de despesas/ FISCINAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	R\$ 3.032,50	R\$ 3.032,50	R\$ 2.335,76	77%
339030	R\$ 2.408,00	R\$ 1.480,00	R\$ 1.480,00	100%
339033	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 1.556,55	64,9%
339039	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 942,40	94,2%

* A programação deste PI no SIOR é feita pelo CAN.

- **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.** (Anexo II da DN TCU n100/2009)

As colheitas programadas foram feitas totalmente no ano 2012, (19 amostras colhidas e 19 enviadas para análise) e 27 fiscalizações em Comercio que revende ração e/ou alimento para animais; mesmo com à falta de treinamento do técnico.

- **Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:**

Solicitar contratação de Fiscal Federal Agropecuário e treinamento de Fiscal Federal Agropecuário e técnico para execução da fiscalização de insumos pecuários.

- **Responsáveis pela implementação das medidas.**

- SIFISA/DDA/SFA-AC

- DFIP

- **Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.**

- **IAF: Índice de Amostras Fiscalizadas = 105,5%**

Fórmula de cálculo : (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100

Fórmula de cálculo: (Número de Amostras Colhidas/ Número de Amostras Programadas) x100

- **IAF = 19 amostras colhidas/ 18 amostras programadas X 100 = 105,5%**

- **IFF - Índice de Fábricas Fiscalizados – 240%**

Fórmula de Cálculo : (Número de Fab. registradas existentes / Numero de Fisc. realizadas) x 100.

- **IFF** = 12 fiscalizações realizadas / 05 fábricas registradas X 100 = 240 %

Fórmula de Cálculo : (Número de Fábricas registradas existentes / Numero de Fiscalizações realizadas) x 100.

05 fábricas registradas/ 06 fiscalizações realizadas X 100 = 120%

Responsável pelos cálculos/ medições: Maria Eva de Jesus.

Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Alimentos para Animais.

Metas Físicas	Unidade de Medida	2010	2011	2012
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	70	30	27
Inspeção/fiscalização de Indústrias	Estabelecimento	-	06	12
Coleta de amostras de alimentos para animais	Amostra	00	06	19
Registro de estabelecimentos	Registro	2	1	0
Registro de produtos	Registro	2	2	0

Comparativo das principais Metas Financeiras de Alimentos para Animais

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
339014	2.478,00	2.378,42	3.032,50	511,70	2.364,47	2.335,76
339030	1650,00	380,00	1.480,00	1100,00	380,00	1.480,00
339033	-	3.900,00	2.400,00	-	3.570,86	1.556,55
339039	550,00	88,19	1.000,00	550,00	88,19	R\$ 942,40

* **Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação (ações realizadas)**

- Análise de processos de registro de estabelecimento: 41
- Análise de alterações e renovação de registro de estabelecimentos: 22
- Fiscalização em estabelecimentos: 39

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

O número de atividades executadas durante o ano foi maior que o previsto. O FFA responsável pelo PI nas fiscalizações ainda está no aguardo de treinamento.

- Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso: (Anexo II da DN TCU nº100)

Solicitar contratação de FFA e técnicos/pessoal de apoio para a fiscalização de insumos pecuários.

- Responsáveis pela implementação das medidas.

SIFISA/DDA/SFA-AC, DFIP.

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno. (eficácia, eficiência ou de efetividade).

2.b. Código Ação: 2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET
Finalidade.	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos de uso veterinário.
Descrição.	Coordenar, promover e acompanhar a fiscalização de produtos de uso veterinário, quanto à fabricação, manipulação, importação, exportação, comércio e uso, inclusive controle de qualidade; controlar e orientar o registro de produtos veterinários junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante normas específicas;
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3593 - Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários – CPV/DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG/DT/SFA-AC (jan a jun de 2010). Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional.	Marcos Vínícios S. Leandro Júnior.

- ICPVF: Índice de Comércio de Produtos Veterinários Fiscalizados: 67,24

Fórmula de cálculo : (Número Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados/ Número de Estabelecimentos Registrados) x100. = 67,24%.

ICPVF = 39/58 x 100 = 67,24

- IEA: Índice de Estabelecimentos Autuados: 18,423%

Fórmula de cálculo: Número de estabelecimentos autuados x 100/ número de estabelecimentos fiscalizados.

IEA: $7 \times 100 / 38 = 18,42$

Responsável pelos cálculos/medição: Maria Eva de Jesus

Comparativo das principais Metas Físicas da Área de Produtos Veterinários.

Metas Físicas	Unidade de Medida	2009	2010	2011	2012
Inspeção/fiscalização do comércio	Estabelecimento	58	71	31	39
Registro de estabelecimentos	Registro	0	21	18	22

Comparativo das principais Metas Financeiras de PI FISPROVET 1.

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF***			Executado pelo CAE*		
	2010	2011		2010	2011	2012
339014	7041,00	1400,00	0	3.676,53	1400,00	0
339030	1550,00	450,00	0	900,00	450,00	0
339033	-	1800,00	0	840,00	1118,15	0
339039	850,00	3650,00	0	840,00	3.038,15	0

2.c. Ação: Código 2019	Fiscalização da Produção e Comercialização de Material Genético para Multiplicação Animal / FISCGENE.
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade do material genético animal.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Fiscalização de Material Genético – DMG/DFIP.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional	Beronete Barros Freitas de Araújo
Coordenador de Ação Estadual-CAE, no âmbito da UJ	Márcia Martins Lopes
Responsável Técnico pela Ação/PI na UJ	Maria Eva de Jesus
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	<u>Lei 6.446 de 05 de outubro de 1977; Decreto nº 187, de 09 de agosto de 1991 ; Instrução Normativa nº 2, de 14 de janeiro de 2004; Instrução Normativa nº 48, de 17 de junho de 2003</u>

Informações orçamentárias e financeiras da Ação 2019 – FISGGEN					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	0,00	R\$ 0

* Metas físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação (ações realizadas)

- Análise de processos de registro de estabelecimento: 0 – Existe um processo de registro que está parado.
- Análise de alterações e renovação de registro de estabelecimentos: 0
- Fiscalização em estabelecimentos: 1

Execução das Metas Financeiras

* Não houve execução financeira em 2012 para esta ação..

- **Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.**

O número de atividades executadas durante o ano foi maior que o previsto.

Existe uma atividade que foi prevista não foi executada porque estávamos na

dependência da Coordenação Nacional (caso ENDEGA)

- Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso: (Anexo II da DN TCU nº100)

Solicitar contratação de FFA e técnicos/pessoal de apoio para a fiscalização de Material genético da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal/DFIP

- Responsáveis pela implementação das medidas.

SIFISA/DDA/SFA-AC, DFIP.

- Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

- IFECMG: Índice de Fiscalização para Estabelecimento comercial de material genético animal.: 100%

Foram realizadas 05 (cinco) fiscalizações. 01 na empresa comercial que solicitou registro. E 04 a Médicos Veterinários prestadores de serviços especializados, não necessitando de registro junto ao MAPA.

Fórmula de cálculo: (Número Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados/ Número de Estabelecimentos com processo em andamento) x100. = 100%

IFECMG = 01/01 x 100 = 100.

Responsável pelos cálculos/medição: Maria Eva de Jesus

3. Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0356	
Denominação: SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.	
Objetivos Específicos: GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR	
Gerente do Programa: FRANCISCO JARDIM	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES

Informações orçamentárias e financeiras das Ações:					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	
Inicial	Final				Valores Pagos
I - 9.938,17	9.938,17	9.938,17	8.656,12	00	8.656,12
II - 300,00	300,00	300,00	300,00	00	300,00
I - PADCLASSIF					
II - IPVEGETAL - Informações sobre os resultados alcançados					

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Fiscalização realizada	2012	25	33	100 %	132,00 %
I – 2	Amostras em conformidade para o Programa Estadual de Controle da Qualidade Vegetal	2012	18	11	100 %	61,11 %
I – 3	Amostras em conformidade dos produtos vegetais importados	2012	17	16	100 %	94,12 %
I – 4	Análise de micotoxina	2012	30 ton	30 ton	100 %	100 %
II – 1	Estabelecimento inspecionado	2012	25	9	100%	36,00%

Fórmula de Cálculo do Índice:

PARA O PI PADCLASSIF

(I – 1) FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Número de fiscalização realizada (NFR) = 33 fiscalizações

Número de fiscalização programada (NFP) = 24 fiscalizações

Fórmula de cálculo = (NFR) / (NFP) * 100 → 33 / 24 * 100 = **132,00 %**

(I – 2) AMOSTRAS EM CONFORMIDADE PARA O PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DA QUALIDADE VEGETAL

Número de amostras totais (NAT) = 18 amostras

Número de amostras em conformidade (NAC) = 11 amostras

Fórmula de cálculo = (NAC) / (NAT) * 100 → 11 / 18 * 100 = **61,11 %**

(I – 3) AMOSTRAS EM CONFORMIDADE DOS PRODUTOS VEGETAIS IMPORTADOS

Número de amostras totais (NAT) = 17 amostras

Número de amostras em conformidade (NAC) = 16 amostras

Fórmula de cálculo = (NAC) / (NAT) * 100 → 16 / 17 * 100 = **94,12 %**

(I – 4) ANÁLISE DE MICOTOXINA

Quantidade de produto fiscalizado (QPF) = 30 ton

Quantidade de produto em conformidade (QPC) = 30 ton

Fórmula de cálculo = (QPC) / (QPF) * 100 → 30 / 30 * 100 = **100%**

PARA O PI IPVEGETAL

(II – 1) ESTABELECIMENTO INSPECIONADO

Número de fiscalizações executadas (NFE) = 9

Número de Fiscalizações programadas (NFP) = 25

Fórmula de cálculo : (NFE) / (NFP) * 100 → 9 / 25 * 100 = **36,00 %**

Análise do Resultado Alcançado

PADCLASSIF: Os resultados de produto fiscalizado e amostras em conformidade foram para os produtos coletados no Programa Estadual de Controle da Qualidade Vegetal realizada em vários municípios do interior do Estado do Acre e de produtos importados do Peru (alho e cebola). Para a análise de micotoxina o produto amostrado foi para o produto castanha-do-brasil, para a importação da Bolívia.

IPVEGETAL: As ações de fiscalização concentraram-se principalmente na cidade de Rio Branco devido à limitações de natureza orçamentária e administrativa. Também podemos citar outras dificuldades, tais como: encaminhamento de amostras para análise fiscal, principalmente quando se trata de polpa de frutas. Estas, ao serem enviadas ao laboratório (LANAGRO/PA) chegam sem condições mínimas de análise, mesmo sendo pela modalidade SEDEX. Quanto ao envio de amostras, tendo em vista o princípio da eficiência e conveniência da administração pública, optamos por não mais enviá-los ao LANAGRO, evitando gastos indevidos quanto a esse procedimento.

Fonte: Termos de Fiscalização e SIPLAN 2012.

Análise Crítica

Em 2012, as dificuldades existentes na execução das atividades pertinentes aos PIs PADCLASSIF e IPVEGETAL, continuaram as mesmas, ou seja, o número reduzido de fiscais e de técnicos de apoio à fiscalização, falta de qualificação, de treinamentos e participação em forças-tarefas.

As atividades de fiscalização aduaneira na área vegetal da Unidade de Vigilância Agropecuária de Eptaciolândia (UVAGRO), continuam sendo realizadas em caráter emergencial pelos FFAs engenheiros agrônomos da sede da SFA-AC. Isso fez com que todos os engenheiros agrônomos lotados na sede (Rio Branco), se deslocassem até o município de Eptaciolândia numa escala de prestação de serviços naquela unidade a cada 45 dias, aproximadamente. Cada fiscal fica na Unidade por uma semana.

Cada PI da área vegetal do SIFISV/SFA-AC é de responsabilidade de um fiscal federal agropecuário, tanto para gerenciamento dos recursos quanto da execução de suas atividades.

PADCLASSIF: Para a área de classificação, a SFA-AC terminou a instalação do posto de classificação vegetal no final de 2012. Apesar dos equipamentos existentes, eles necessitam de aferição do INMETRO. Além disso, há necessidade urgente dos cursos de qualificação e capacitação, pois a maioria dos classificadores do Estado estão com suas carteiras vencidas. Outra dificuldade existente no posto de classificação é a falta de acesso à internet / intranet.

Apesar disso, foram efetuadas todas as classificações solicitadas no processo de importação de alho e cebola oriundos do Peru e todas as demais classificações do Plano Estadual de Controle da Qualidade Vegetal foram realizadas com a colaboração da SFA-PA.

A constante e interminável preocupação dos técnicos e gestores é que com os cortes de recursos, vários cursos de capacitação nesta área foram cancelados, e no quadro desta SFA, apenas um técnico está habilitado para classificação de diversas hortaliças e frutas.

Não foram executadas coletas para o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes da castanha-do-brasil. Porém, foram feitas e as análises de micotoxinas (aflatoxinas), de acordo com os processos de importação. Os resultados apresentados para as análises foram satisfatórios para o produto.

IPVEGETAL: Considerando o que já fora relatado no quadro “Análise Crítica”, ainda, no âmbito do IPVEGETAL, houve dificuldades de deslocamento de servidor por ultrapassar o limite de 40 diárias por ano e impedimentos de deslocamento do mesmo por determinação legal administrativa. Mesmo assim, diante das dificuldades, intensificamos a inspeção na produção verificando, dentre outros, procedimentos adotados quanto às boas práticas de fabricação. Um evento importante que ocorreu em setembro de 2012 foi um treinamento oferecido pela EMBRAPA/AC quanto aos requisitos legais para elaboração do Manual de Boas Práticas de Fabricação para garantia da qualidade e segurança de alimentos em agroindústrias familiares, ocasião em que tivemos oportunidade de interagir com técnicos daquela instituição, Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, responsáveis técnicos das empresas e outras instituições.

Outra atividade que demanda tempo considerável é o atendimento ao público, seja presencial, e-mail e telefone. Frequentemente, os clientes procuram o SIFISV BEBIDAS para esclarecer dúvidas quanto ao registro de estabelecimento e/ou registro de produtos, sendo que muitas vezes prestamos, tão somente, o assessoramento técnico.

Também, outros fatores que contribuíram com este índice foram despendidos com a resolução de questões administrativas e de processos administrativos decorrentes de autuações.

Nos meses de abril e maio de 2011, a execução da meta também ficou prejudicada pelo fato do FFA, responsável pelo PI, ter se encontrado em licença para tratamento de saúde.

Uma atividade que demanda tempo considerável dos técnicos é o atendimento ao público. Muitas vezes, os clientes vêm ao SIFISV-BEBIDAS para esclarecer dúvidas quanto ao registro de estabelecimento e de produtos. Assim sendo, como no MAPA não há cobrança de taxas administrativas de registros, boa parte das empresas registram produtos sem efetivamente produzir posteriormente.

3.a. Ação - Código 4746	Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81742 – Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA/AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Fábio Florêncio Fernandes
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Híromi Suzana Y. S. Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto 6.268, de 22/11/2007 que regulamenta a Lei no 9.972, de 25/05/2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

3.b. Ação Código 8939	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL 2
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, Monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas, celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	81741 - Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB / DIPOV
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Helder Moreira Borges
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Marcelo Yuji Inoue
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 8.918 de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 6.871, de 04/06/2009, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a produção e a fiscalização de bebidas; Lei nº 7.678 de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 99.066 de 1990, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados do vinho e da uva; Lei nº 8.171 de 1991, regulamentada pelos arts. 27-A, 28-A e 29-A do Decreto nº 5.741 de 2006, que organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, e dá outras providências.

Execução Física das ações realizadas pela UJ									
I – PADCLASSIF									
II – IPVEGETAL									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	0356	4746	A	3	Fiscalização realizada	25	33	30
II – 20	603	0356	8939	A	3	Fiscalização realizada	25	09	11

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

Análise Crítica

A meta estabelecida no PI PADCLASSIF para o ano de 2012, alcançou 132,00% do proposto para a quantidade de “Fiscalização Realizada”. Para a meta “Amostras em Conformidade”, o índice foi de 61,11%, e se referem aos resultados das amostras coletadas para o Programa Estadual de Controle da Qualidade Vegetal. O índice obtido da classificação da cebola e do alho importados do Peru foi de 94,12% aprovados. E, a última meta proposta foi da “Análise de Micotoxinas” para o produto castanha-do-brasil, cujo índice foi de 100%.

A meta proposta para o ano de 2012 no SIPLAN, “Estabelecimento Inspeccionado”, para o PI IPVEGETAL, foi de 36%.

Execução das Metas Financeiras

Execução Financeira				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
I – PADCLASSIF				
339014		4.652,00	4.240,40	91,15
339033		1.399,52	1.399,52	100,00
339039		2.851,00	2.063,40	72,37
339092		1.035,65	952,80	92,00
II – IPVEGETAL				
339039		300,00	300,00	100,00

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

4. Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0357					
Denominação: Segurança E Sanidade Na Agropecuária					
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Impedir A Entrada E Erradicar A Mosca Da Carambola					
Objetivos Específicos: Minimizar O Risco De Introdução E Disseminação De Pragas E Doenças Que Afetam A Produção Agropecuária, Atendendo Às Exigências De Padrões Fitozoossanitários Dos Mercados Internos E Externos.					
Gerente do programa: Francisco Jardim			Responsável na uj: Manoel Das Dores Mendes		
Público alvo: Produtores, Consumidores, Exportadores, Importadores, Transportadores, Inclusive Passageiros, Armazenadores E Demais Integrantes Da Cadeia Produtiva De Frutas					
Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa 0375					Em R\$ 1,00
I – ERRADMOSCA II – PCEVEGETAL III – VIGIFITO					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I – 15.217,54	15.217,54	15.217,54	12.502,49	0	12.502,49
II – 59.225,00	59.225,00	59.225,00	46.833,60	0	46.833,60
III – 3.239,40	3.239,40	3.239,40	3.184,13	0	3.184,13

Informações sobre os resultados alcançados

I – ERRADMOSCA II – PCEVEGETAL III – VIGIFITO						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Número de monitoramentos totais realizados nas armadilhas	2012	720	572	100%	79,44 %
I – 2	Número de deslocamentos realizados para executar o trabalho	2012	72	57	100%	79,16 %
II – 1	Número de monitoramento dos plantios de cacau e cupuaçu	2012	27	27	100%	100,00%
II – 2	Número de inspeção de plantio de banana	2012	23	18	100%	78,26%
III – 1	Fiscalização realizada	2012	360	410	100%	113,89%

Fórmula de Cálculo do Índice:

I – PARA O PI ERRADMOSCA

(I – 1) – MONITORAMENTOS REALIZADOS

Monitoramento programado (MP) = 720

Monitoramento executado (ME) = 572

Fórmula de cálculo: $ME / MP * 100 \rightarrow 572 * 100 / 720 = 79,44\%$

(I – 1) – DESLOCAMENTOS REALIZADOS

Deslocamento programado (DP) = 72

Deslocamento executado (DE) = 57

Fórmula de cálculo: $DE / DP * 100 \rightarrow 57 * 100 / 72 = 79,16 \%$

II – PARA O PI PCEVEGETAL

(II – 1) – MONITORAMENTO DOS PLANTIOS DE CACAU E CUPUAÇU

Número de monitoramento programado (NMP) = 27

Número de monitoramento executado (NME) = 27

Fórmula de cálculo: $NMP / NME * 100 \rightarrow 27 / 27 * 100 = 100,00\%$

Fórmula de Cálculo do Índice:

(II – 2) – INSPEÇÃO DE PLANTIO DE BANANA

Número de inspeção programado (NIP) = 23

Número de inspeção executado (NIE) = 18

Fórmula de cálculo: $NIP / NIE \rightarrow 18 / 23 * 100 = 78,26\%$

III – PARA O PI VIGIFITO

(III – 1) – FISCALIZAÇÃO REALIZADA

Fiscalização programada (FP) = 360

Fiscalização realizada (FR) = 410

Fórmula de cálculo: $FR / FP * 100 \rightarrow 410 / 360 * 100 = 113,89\%$

Análise do Resultado Alcançado

ERRADMOSCA: A falta de recursos financeiros em alguns meses do ano, aliado ao período de férias dos envolvidos no trabalho foram determinantes para que o índice previsto não alcançasse 100%. Porém, gestões serão feitas junto à Coordenação do Programa, para que seja garantida a liberação dos recursos, assim como a substituição dos envolvidos no trabalho no período de suas férias, por outros técnicos habilitados para dar continuidade ao serviço.

PCEVEGETAL: A meta para a inspeção de plantio de banana não alcançou os 100% devido ao contingenciamento de recursos.

VIGIFITO: Os resultados obtidos são de fiscalizações do trânsito interestadual realizado por meio de convênio entre MAPA e IDADF, celebrado em outubro de 2011.

Fonte: SIPLAN.

Análise Crítica:

ERRADMOSCA

O monitoramento periódico da mosca da carambola com o emprego de atrativo químico, é a forma recomendada para se ter certeza da presença ou não do inseto no Estado e, caso positivo, mantê-lo contido numa determinada região, impedindo que se espalhe imediatamente para várias localidades. Esse trabalho, por falta de recursos financeiros, sofreu diminuição durante alguns meses.

Gestões serão feitas junto à Coordenação do PI, para que seja garantida a liberação total dos recursos, evitando assim a interrupção dos monitoramentos.

Os indicadores de desempenho para este PI são: 1) Área territorial do estado monitorada contra a mosca da carambola; 2) Número de monitoramentos realizados para executar o trabalho.

PCEVEGETAL

Realizou-se um trabalho de educação sanitária sobre a monília do cacau, nos municípios acreanos de Epitaciolândia e Brasília, vizinhos à Bolívia e Assis Brasil que faz fronteira com o

Peru. A inclusão dos municípios vizinhos à Bolívia, se deu em razão desse país não dispor de levantamento sobre a ocorrência da monília em seu território, por conseguinte de risco desconhecido.

O trabalho teve a duração de uma semana, contou com duas equipes de dois integrantes e, consistiu de três etapas: entrevistas com produtores rurais, ocasião em que se preenchia um questionário e se fornecia um folder contendo um série de informações sobre a doença; apresentação de palestras em escolas rurais, onde cada aluno recebeu um exemplar do folder e; entrevista à rádio.

Foram entrevistados vinte produtores rurais, assim distribuídos: Epiritaciolândia – 6, Brasília – 5 e Assis Brasil – 9. Foram ministradas nos três municípios, cinco palestras, para um total de 391 alunos e, concedida uma entrevista à radio Aldeia FM de Brasília.

Apesar da sigatoka negra já está amplamente espalhada nos bananais acreanos, o monitoramento dessa doença é importante para se tentar identificar áreas de escape, onde possa ser instalado sistema de mitigação de risco para sigatoka negra. Outra finalidade do trabalho, é avaliar o comportamento das cultivares de banana resistentes à doença, distribuídas pelo Governo do Estado na maioria dos municípios acreanos. Fatores que dificultam a execução do trabalho: péssimas condições da maioria dos ramais acreanos no período chuvoso; acentuado índice de rejeição dos consumidores à essas novas cultivares de banana.

Os indicadores de desempenho para este PI são: 1) Número de monitoramentos executados da monília; 2) Número de monitoramentos executados da sigatoka negra; 3) Número de treinamentos realizados.

VIGIFITO

A movimentação de produtos vegetais – hortifrutigranjeiros e grãos importados pelo Acre do sudeste do país bem como de Rondônia, vem crescendo ano a ano. Em 2012 registrou-se um crescimento de 18% em relação ao ano anterior. Esse fato é atribuído à melhoria do poder aquisitivo da população, aumentando desta forma o consumo de frutas e hortaliças. Outro fator que contribuiu para esse aumento, foi a abertura da rodovia BR 364 durante todo ano, permitindo o abastecimento dos municípios do vale do Juruá. Em 2013 esse aumento será ainda maior, em decorrência da redução dos preços das hortaliças naqueles municípios.

As atividades de fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos, são realizadas pelo o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal - IDAF como o apoio da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON. Esta colaboração se dá em razão da IDARON funcionar nas mesmas instalações do IDAF, no Posto Fiscal da Tucandeira, na divisa dos estados do Acre e Rondônia.

Até o ano passado essa colaboração do IDARON foi decisiva para o IDAF realizar essa atividade, pois não havia convênio entre o MAPA e o IDAF para a realização dessas atividades. O convênio foi firmado em outubro de 2011, por esta razão em 2012 estas atividades serão conduzidas conforme programação estabelecida.

Com os recursos disponibilizados pelo o convênio, o IDAF irá capacitar seus agentes de defesa, passando a exercer uma fiscalização mais eficiente da entrada no Acre de produtos vegetais procedentes de outras regiões do país. Essa atividade é de grande importância para garantir a sanidade dos vegetais de nosso estado.

4.a. Ação Código 4738	Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA
Tipo de Ação	Atividade, Área controlada em ha.
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da " <i>Bactrocera carambolae</i> " e dá garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Maria Júlia Godoy
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Paulo Roberto Alves Silva
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei nº 9.712 de 1998; Decreto nº 5.741, de 30/03/2006; Decreto nº 5.351, de 21/01/2005 e art. 27, I, "e", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; Decreto 2.226 de 19/05/1997; Portaria nº 026 de 01/06/2001; Portaria nº 21 de 25/03/1999; Acordo de Cooperação Técnica Brasil/França implementando o monitoramento Bilateral. Portaria nº 124 de 18/04/1997; Portaria nº 37/07 de 22/02/07 da SFA-PA.
4.b. Ação Código 8572	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores e plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender às exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária..
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 – Departamento de Sanidade Vegetal
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Cósam de Carvalho Coutinho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Geraldo de Melo Moura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114, de 1934; Lei 9.712, de 15/05/2000 que altera a Lei 8.171, de 17/01/91, regulamentada pelo Decreto 5.741 de 3 1/03/2006; Portaria nº 45 de 22/03/2007.

4.c. Ação Código 2134	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 – Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Vegetal - SIFISV Defesa Sanitária Vegetal
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Cósam de Carvalho Coutinho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel Mendes das Dores
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Geraldo de Melo Moura
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto nº 24.114 de 1934; Lei nº 9.712 de 1998.

Execução das Metas Financeiras

Execução Financeira				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
ERRADMOSCA				
339014		10.017,54	8.004,37	79,90
339033		700,00	-	0
339039		4.500,00	4.498,12	99,95

Execução das Metas Financeiras , por elemento de despesas.

PCEVEGETAL				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014		20.529,00	17.120,03	83,39
339030		2.760,00	2.760,00	100
339033		24.500,00	17.347,27	70,80
339036		6.686,00	4.856,30	72,63
339039		4.750,00	4.750,00	100

VIGIFITO				
339014		879,70	824,43	93,72
339033		1.480,00	1.480,00	100
339036		879,70	879,70	100

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

I – ERRADMOSCA									
II – PCEVEGETAL									
III – VIGIFITO									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	0357	4738	A	3	ha	15.258.139	15.258.139	15.258.139
II – 20	603	0357	8572	A	3	Inspeção de plantio de banana (Unid)	23	18	10
II – 20	603	0357	8572	A	3	Monitoramento dos plantios de cacau e cupuaçu (Unid)	27	27	20
III – 20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização (unid)	360	410	360

Fonte: SIPLAN

Análise Crítica

Para o PI ERRADMOSCA, apesar dos problemas existentes com a questão dos recursos orçamentários, a meta para este PI superou em 2,14% o índice do ano de 2011.

Com relação ao PI PCEVEGETAL, há a necessidade em fazer com que haja expansão dos trabalhos de prospecção da monilia do cacaueiro ao longo do rio Purus, tendo em vista que o mesmo entra no Peru, localidade em que existe foco da doença.

5. Identificação do Programa de Governo
Código no PPA: 0375
Denominação: QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
Tipo do Programa: FINALISTICO
Objetivo Geral: SALVAGUARDAR A PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA PELA GARANTIA DE NÍVEIS ADEQUADOS DE CONFORMIDADE E QUALIDADE DOS INSUMOS BÁSICOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO DOS PRODUTORES.

Objetivos Específicos: GARANTIR A QUALIDADE DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA.	
Gerente do Programa: FRANCISCO JARDIM	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES
Público Alvo: PRODUTORES, ESTABELECIMENTOS PRODUTORES E COMERCIAIS, LABORATÓRIOS, CERTIFICADORES, REEMBALADORES E ARMAZENADORES DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS	

Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa 0375

I – FISFECOI II – FISCALSEM III – FISAGROTOX					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
I – 31.642,00	31.642,00	31.642,00	27.423,54	0	27.423,54
II – 33.762,36	33.762,36	33.762,36	32.400,01	0	32.400,01
III – 8.258,00	8.258,00	8.258,00	7.064,72	0	7.064,72

Informações sobre os resultados alcançados

I – FISFECOI II – FISCALSEM						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I – 1	Fiscalização realizada (unid)	2012	40	37	100%	92,5 %
II – 2	Fiscalização realizada (unid)	2012	115	121	100%	105,22 %

Fórmula de Cálculo do Índice: EFICÁCIA

(I – 1) PARA O PI FISFECOI

Número de fiscalização programada (NFP) = 40

Número de fiscalização realizada (NFR) = 37

Fórmula de cálculo : $(NFP) / (NFR) * 100 \rightarrow 37 / 40 * 100 = 92,5 \%$

(II – 2) PARA O PI FISCALSEM

Número de fiscalização programada (NFP) = 115

Número de fiscalização realizada (NFR) = 121

Fórmula de cálculo : $(NFP) / (NFR) * 100 \rightarrow 121 / 115 * 100 = 105,22 \%$

Análise do Resultado Alcançado

Os resultados alcançados através de cálculos dos indicadores utilizados nas operações acima, para mensurar as atividades de fiscalização de estabelecimentos que produzem, beneficiam, embalam e comercializam fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas (insumos), que são colocados à disposição dos agricultores rurais. Com a execução de fiscalização nos estabelecimentos e produtos, houve a melhoria dos insumos agropecuários em mais de 100% contribuindo para o aumento da produção e produtividade da agricultura nacional.

Fonte: SIPLAN.

Análise Crítica

Somente há programações, quanto às metas físicas e orçamentárias, para os PIs FISFECOI e FISCALSEM, para os demais PIs FISAGROTOX e FISCAGRIC, não. Nesse sentido, considerando que no Estado do Acre, não há nenhum estabelecimento produtor, importador e exportador de Agrotóxicos e Afins, e que a fiscalização do comércio é executada pelo órgão de defesa estadual, é coerente que não houve programação física e financeira do PI FISAGROTOX. Da mesma forma, para o PI FISCAGRIC, também não houve programação física e financeira, uma vez que não ocorreram demandas de tal serviço no Estado.

5.a. Ação Código 2141	Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes – FISFECOI
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados a disposição dos produtores rurais
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consistem da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas a padronização, classificação e registros de produtos e estabelecimentos 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas, cursos e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Resp. pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC / DFIA.
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA –AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Hideraldo José Coelho

5.b. Ação 2179	Fiscalização Sementes e Mudanças – FISCALSEM
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	1. Registro de cultivares; 2. Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas; 3. Credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM; 4. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 5. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 6. Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudanças – CSM / DFIA/ DAS
Áreas (dentro da UJ) resp. por gerenciamento ou execução da ação	Serviço Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC.
Coordenador de Ação Nacional – CAN	José Neumar Francelino
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel Das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei nº 10.711, de 05/08/2003, e seu regulamento no Decreto nº 5.153, de 23/07/2004.

5.c. Ação Código 2177	Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISAGRIC
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar adequação de qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.

Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas junto aos proprietários de aviões agrícolas registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições adequadas para aplicação pela aviação agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA / DAS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção, Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Maria de Lourdes Viana Alves
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Henrique Martins Sant’Anna
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Decreto-Lei nº 917, de 07/10/1969, regulamentado pelo Decreto nº 86.765, de 22/12/1981; art. 4º, IV e V, da Lei nº 8.171, de 17/01/1991; art. 27, I, "e" e "f", da Lei nº 10.683, de 28/05/2003; e Anexo I, art. 1º, V e VI, 11, I e II, "e", e 13, VI, do Decreto nº 4.629/2003.

QUADRO A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

I – FISFECOI
II – FISCALSEM
III – FISAGROTOX
IV – FISCAGRIC

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	0375	2141	A	3	Fiscalização (unid)	40	37	40
II – 20	603	0375	2179	A	3	Fiscalização (unid)	115	121	110
III – 20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização (unid)	NP *	NP *	NP *
IV – 20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização (unid)	NP *	NP *	NP *

5.d. Ação Código 2909	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins – FISAGROTOX
Tipo de Ação	Ação Orçamentária
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas, que atendam aos requisitos legais para a proteção da agricultura do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitária de vegetais e partes de vegetais, para importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados das entidades credenciadas e do Trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns estaduais, nacionais e internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins- CGAA
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/DDA/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Luís Eduardo Pacifici Rangel
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei nº 7.802, de 12/07/1 989; com alterações da Lei 9.974/2000; Decreto nº 4.074, de 04/01/2002.

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

* NP – Não Programado devido a não existência de demandas no Estado do Acre.

Análise Crítica

Os trabalhos desenvolvidos no PI FISFECOI são prejudicados, porque o maior volume de produtos (fertilizantes e corretivos inoculantes) que entram no estado são encaminhados direto para as fazendas, não passando pelos Estabelecimentos Comerciais, visto que são adquiridos direto das fábricas. Nesse sentido, está sendo desenvolvido um trabalho de divulgação e conscientização sobre a importância da fiscalização em parceria com a Federação de Agricultura e com outras Entidades do Setor Agropecuário do Estado, para que os produtores rurais, através das entidades, verifiquem o interesse em solicitarem a do MAPA a fiscalização desses insumos, nas fazendas ou propriedades agrícolas.

As metas físicas e financeiras do PI FISCALSEM foram executadas de acordo com o programado para o exercício de 2012.

Não houve programação física e financeira para o PI FISAGROTOX, considerando-se que no Estado do Acre, não há nenhum estabelecimento produtor de Agrotóxicos e Afins e a fiscalização do comércio é executado pelo órgão de defesa estadual.

Em virtude da produção agrícola no Estado do Acre estar em desenvolvimento, ainda não existe demanda para o PI FISCAGRIC.

Execução das Metas Financeiras
(Anexo II da DN TCU nº94, item 2.1.3.)

Execução Financeira				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
I – FISFECOI				
339014		4.036,00	2.081,26	51,57
339030		1.506,00	1.506,00	100
339033		5.000,00	4.288,80	85,78
339037		14.000,00	13.999,54	99,99
339039		7.100,00	5.547,94	78,14
II – FISCALSEM				
339014		5.851,00	5.580,59	95,38
339030		1.593,00	1.593,36	100
339033		4.893,00	4.893,00	100
339037		14.000,00	13.992,85	99,95
339039		7.425,00	6.340,21	85,39
III – FISAGROTOX				
339014	-	1.200,00	928,61	77,38
339033		5.128,00	4.482,91	87,42
339036		1.930,00	1.653,20	85,66

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

Ações Não Programadas E Executadas

Como descrito anteriormente, a SFA-AC tem demanda por servidores, tanto de nível superior quanto de nível técnico, tanto na área técnica quanto na área administrativa.

Todos os Fiscais Federais Agropecuários Engenheiros Agrônomos, lotados no SIFISV/DDA/SFA-AC, fazem parte de um sistema de rodízio para atender em caráter emergencial a Unidade de Vigilância Agropecuária dos municípios de Epitaciolândia e Assis Brasil, na Fiscalização do Trânsito Internacional de Produtos de Origem Vegetal, exportados e/ou importados do Peru e Bolívia. Além disso, executam fiscalização no Aeroporto Internacional de Rio Branco, nos Vôos da Empresa Star Peru, vindos de Cuzco e Lima – Peru.

6. Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 2028	Denominação: DEFESA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: REESTRUTURAR, IMPLEMENTAR E COORDENAR O SISTEMA UNIFICADO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA), APERFEIÇOAR E MODERNIZAR OS PROCESSOS OPERACIONAIS DE DEFESA AGROPECUÁRIA PARA AMPLIAR O ALCANCE E ABRANGÊNCIA DO SEU SERVIÇO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL.	
Ação: FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	
Gerente do Programa: MARCOS VINÍCIUS SEGURADO COELHO	Responsável na UJ: MANOEL DAS DORES MENDES
Público Alvo: PRODUTORES E COMERCIANTES DE PRODUTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS.	

Informações Orçamentárias da Ação 4745					Em R\$ 1,00
FISCORGEN		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Dotação					
Inicial	Final				
4.170,00	4.170,00	4.170,00	3.717,38	0	3.717,38

Informações sobre os resultados alcançados						
FISCORGEN						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Fiscalização realizada (unid)	2012	9	7	100%	77,78 %
Fórmula de Cálculo do Índice: EFICÁCIA						
Número de fiscalização programada (NFP) = 9 Número de fiscalização realizada (NFR) = 7 Fórmula de cálculo : (NFP) / (NFR) * 100 → 7 / 9 * 100 = 77,78 %						
Análise do Resultado Alcançado						
Os resultados alcançados através de cálculos dos indicadores utilizados nas operações acima, para mensurar as atividades de fiscalização de estabelecimentos que comercializam sementes geneticamente modificadas.						

Fonte: SIPLAN.

6.a. Ação Código 4745	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN
Tipo de Ação	Ação Orçamentária.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal geneticamente modificada de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para a garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	1. Registro de cultivares; 2. Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas; 3. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 4. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 5. Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	80969 - Departamento de Sanidade Vegetal – DSV / DAS

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal – SIFISV/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Marcos Vinícius Segurado Coelho
Coordenador da Ação Estadual – CAE, no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ	Manoel das Dores Mendes
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Lei 11.105, de 24 de março de 2005 e Decreto 5.591, de 22 de novembro de 2005. E demais atos complementares.

<u>- Execução Física das ações realizadas pela UJ</u>									
FISCORGEN									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade e de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	2028	4745	A	3	Fiscalização (unid)	9	7	7

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

Análise Crítica

Considerando-se que esta atividade está iniciando no Estado do Acre com o plantio de sementes para a produção de grãos de milho, esta meta ainda é considerada de pouca importância econômica para a agricultura nacional.

Execução das Metas Financeiras

Execução Financeira				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
FISCORGEN				
339014		1.430,00	977,38	68,35
339030		240,00	240,00	100,00
339033		2.500,00	2.500,00	100,00

Execução das Metas Físicas programadas no SIPLAN e /ou Planejamento da Ação.

a) **UVAGRO** Epitaciolândia faz fronteira com a cidade de Cobija na Bolívia.

Em face da Unidade de Vigilância Agropecuária - UVAGRO Assis Brasil não dispor de Fiscais Federais Agropecuários naquele município, os procedimentos aduaneiros de exportação e importação de produtos são realizados em Epitaciolândia.

Em 2012 o número de requerimentos referentes à exportação ou importação de mercadorias que transitaram pela Unidade de Vigilância Agropecuária de Epitaciolândia, foi de 599, número esse superior ao registrado em 2011. Vale destacar que 41% dessas transações

ocorrem no período janeiro a abril, em decorrência da exportação de nossa castanha para a Bolívia e Peru.

Requerimentos protocolados na Uvagro Epitaciolândia (ABR + EPT)

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
201	197	254	302	458	504	599

As exportações para a Bolívia são mais relevantes que para o Peru, quando se constata uma gama maior de produtos/mercadorias comercializados tais como: arroz, açúcar, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, óleo de soja, frangos congelados, entre outros. A Bolívia exportou para o Brasil pequena quantidade de sal a granel para alimentação de bovino e madeira.

É permitida a compra de madeira da Bolívia para moradores dos municípios de Epitaciolândia e Brasiléia, desde que se destine à reforma ou ampliação de suas moradias. A UVAGRO e a receita Federal do Brasil adotaram um sistema simplificado de controle dessas operações.

b) UVAGRO Assis Brasil faz fronteira com Iñapari no Peru

Esta Unidade apresenta uma particularidade em relação à de Epitaciolândia, porque passa por Assis Brasil a rodovia Transoceânica que liga o Brasil ao oceano Pacífico e, com o asfaltamento do trecho Assis Brasil a Porto Maldonado no Peru em 2011 favoreceu o aumento da circulação de pessoas e mercadorias. Atualmente existe uma linha de ônibus diária de Porto Maldonado a Rio Branco, registrando-se por esta razão um número significativo de passageiro que utiliza essa linha, além dos táxis e carros particulares. Por esta razão, a fiscalização de passageiros se torna primordial no serviço de defesa agropecuária nesta Unidade.

Para cada portador de produtos apreendidos, são lavrados termos de apreensão, cujos produtos são destinados à incineração.

7. Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0357	Denominação: SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA
Tipo do Programa: FINALÍSTICO	
Objetivo Geral: MINIMIZAR O RISCO DE INTRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE PRAGAS E DOENÇAS QUE AFETAM A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS DE PADRÕES FITOZOSSANITÁRIOS DOS MERCADOS INTERNOS E EXTERNOS.	
Objetivos Específicos: GARANTIR A SEGURANÇA ALIMENTAR	
Gerente do Programa: SDA	Responsável na UJ: COORDENAÇÃO GERAL VIGIAGRO
Público Alvo: PRODUTORES, CONSUMIDORES, EXPORTADORES, IMPORTADORES, TRANSPORTADORES, INCLUSIVE PASSAGEIROS, ARMAZENADORES E DEMAIS INTEGRANTES DA CADEIA PRODUTIVA AGROPECUÁRIA.	

Informações orçamentárias e financeiras das Ações					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
I – 46.500,00	46.500,00	46.500,00	35.410,95	00	35.410,95	
II – 30.561,00	30.561,00	30.561,00	26.297,13	00	26.297,13	
Informações sobre os resultados alcançados das Ações						
I – FISCPLANTA II – FISCANIMAL						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
I	Fiscalização realizada	2012	471	531	100 %	112,74 %
II	Amostras em conformidade para o Programa Estadual de Controle da Qualidade Vegetal	2012	69	68	100 %	98,55 %
Fórmula de Cálculo do Índice:						
<u>PARA O PI FISCPLANTA</u>						
I – FISCALIZAÇÃO REALIZADA						
Número de fiscalização realizada (NFR) = 531 fiscalizações						
Número de fiscalização programada (NFP) = 471 fiscalizações						
Fórmula de cálculo = (NFR) / (NFP) * 100 → 531 / 471 * 100 = 112,74 %						
<u>PARA O PI FISCANIMAL</u>						
II – FISCALIZAÇÃO REALIZADA						
Número de fiscalização realizada (NFR) = 68						
Número de fiscalização programada (NFP) = 69						
Fórmula de cálculo = (NFR) / (NFP) * 100 → 68 / 69 * 100 = 98,55 %						
<u>Análise do Resultado Alcançado</u>						
FISCPLANTA: O aumento nas exportações e importações já era esperado, uma vez que, com o passar dos anos e a melhoria na infra-estrutura, o comércio entre os países vai se intensificando.						
FISCANIMAL: As exportações de produtos de origem animal tiveram um avanço, principalmente nas exportações de frango congelado para a Bolívia, mas em consequência das péssimas condições das estradas no interior da mesma que ligam ao departamento de Pando-Cobija, as importações de sal a granel diminuiram drasticamente devido a dificuldade logística.						

Análise Crítica

As atividades de fiscalização aduaneira na área vegetal da Unidade de Vigilância Agropecuária de Epitaciolândia (UVAGRO), continuam sendo realizadas em caráter emergencial pelos FFAs engenheiros agrônomos da sede da SFA-AC. Isso fez com que todos os engenheiros agrônomos lotados na sede (Rio Branco), se deslocassem até o município de Epitaciolândia numa escala de prestação de serviços naquela unidade a cada 45 dias, aproximadamente. Cada fiscal fica na Unidade por uma semana.

A constante e interminável preocupação dos técnicos e gestores é que com os cortes de recursos, vários cursos de capacitação na área de classificação vegetal foram cancelados, e no

quadro desta SFA, apenas um técnico está habilitado para classificação de diversas hortaliças e frutas.

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

I – FISCPLANTA									
II – FISCANIMAL									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
I – 20	603	0357	2180	A	3	Fiscalização realizada	471	531	531
II – 20	603	0357	2181	A	3	Fiscalização realizada	69	68	68

Fonte: LOA, POA, SIPLAN

Análise Crítica

A meta programada para o ano de 2012 foi alcançada, sendo que ainda falta implantar o sistema informatizado do MAPA (SIGVIG) nas Unidades de Assis Brasil e Eptaciolandia/Ac.

Execução das Metas Financeiras

Execução Financeira				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
I – FISCPLANTA				
339014		22.724,73	22.660,60	99,72
339030		100,00	100,00	100,00
339037		8.975,27	8.975,27	100,00
339039		14.700,00	3.675,08	25,00
II – FISCANIMAL				
339014		8.335,50	7.442,70	89,29
339030		300,00	300,00	100,00
339033		3.500,00	1.933,51	55,24
339036		1.400,00	1.239,00	88,50
339037		8.625,81	8.625,81	100,00
339039		8.399,69	6.756,11	80,43

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional tem uma Coordenação Geral no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com representação regimental nas Unidades da Federação através dos Serviços de Gestão do Vigiagro. Com a reestruturação em 2010, dos regimentos das Superintendências, em alguns estados, no caso do Acre, as atividades do VIGIAGRO ficaram a cargo da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA. O estado dispõe de duas Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas em Assis Brasil e Epitaciolândia, as quais funcionam em instalações cedidas pela Receita Federal do Brasil, nas alfândegas dos respectivos municípios.

A situação nas fronteiras de Assis Brasil e Epitaciolândia com relação às demandas nas áreas animal e vegetal apontam para um crescimento significativo após as conclusões da estrada que liga o país ao Oceano Pacífico. Outro fato que contribui para esse crescimento é a criação da Zona de Processamento de Exportação em Rio Branco, que visa facilitar o comércio exterior.

No que se refere à fiscalização do trânsito internacional de pessoas e veículos na aduana de Epitaciolândia, em decorrência da falta de pessoal nos órgãos responsáveis (receita e polícia federal) prejudica consideravelmente a defesa agropecuária. Cabe ressaltar que a fiscalização por parte desses órgãos ocorre normalmente na BR 317 que liga o município a capital do estado. Não há fiscalização rotineira na aduana, bem como nos finais de semana, feriados e durante a noite. Não há linha regular de ônibus ligando os dois países, o que de certa forma diminui os riscos de introdução de pragas e agentes de doenças.

Com o intuito de avaliar os serviços de Defesa Sanitária Animal na região de fronteira, a Uvagro de Epitaciolândia realiza visitas de supervisão nas Unidades de Atenção Veterinária do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal – IDAF, do estado do Acre, em apoio ao Serviço de Inspeção, Saúde e Fiscalização Animal – SIFISA, da SFA/AC.

Os principais produtos agropecuários brasileiros exportados para a Bolívia (Cobija) são: castanha-do-brasil, óleo de soja, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, açúcar, arroz, entre outros.

A Uvagro Epitaciolândia possui em seu quadro funcional um FFA - Fiscal Federal Agropecuário Médico Veterinário, um Técnico de nível médio Agente de Atividades Agropecuária e uma estagiária que atendem as demandas apresentadas. Desde o segundo semestre de 2010, não há FFA da área vegetal lotado na Unidade.

Na Uvagro Assis Brasil, as demandas dos usuários do Sistema Vigiagro, são atendidas pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados em Epitaciolândia onde os principais produtos de exportação são: castanha-do-brasil e milho.

Nos últimos anos tem-se registrado um fluxo crescente de passageiros com destino ao Peru, em decorrência da recente implantação de uma linha internacional de ônibus, ligando os dois países, com conseqüente aumento na apreensão de produtos de origem animal e vegetal.

Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso.

Ao se analisar o trabalho realizado pela Vigilância Agropecuária Internacional no Estado do Acre temos que levar em consideração a cidade de Cobija que está localizada no

Departamento de Pando na Bolívia, que faz fronteira com Epitaciolândia e Brasiléia no Estado do Acre e a fronteira com o Peru, através de Iñapari e Assis Brasil no Acre. A ligação com o Peru é mais importante por existir nesse país uma doença do cacau que não existe no Brasil, em face disso a vigilância agropecuária é mais intensa para evitar a entrada dessa doença após a conclusão da estrada Interoceânica sul, que ligou o Acre ao Pacífico.

Os principais produtos comercializados de acordo com as normas internacionais de fitossanidade são castanha do Brasil, óleo de soja, refrigerantes, bebidas fermentadas e destiladas e arroz. Na área animal, em 2012, houve um incremento na exportação de frangos para a Bolívia, ao passo que o Brasil diminuiu a importação de sal para alimentação animal.

Há necessidade de se aumentar o quadro dos servidores das unidades de vigilância agropecuária de Epitaciolândia e Assis Brasil, permitindo-se assim um controle mais efetivo do trânsito de produtos de origens vegetal e animal, procedentes do Peru e Bolívia.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação geral
- Chefes de Unidades

Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno – (Eficácia, Eficiência ou de Efetividade).

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a **partida inspecionada**.

O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Responsável pelo informação: Alexandre Maximiano.

Ações não programadas e executadas

Discriminação	Unidade de Medida	Realizado
Produto Apreendido Uvagro Epitaciolândia		
Atum	Kg	1,5
Gelatina em pó	Kg	10
Supervisão SIFISA	Unidades Locais	9
Sementes e grãos	Kg	5
Condimentos	Kg	1
Frutas	Kg	0,4

Avaliação descritiva dos resultados, indicando causa do sucesso ou insucesso físico e/ou financeiro, estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance das metas programadas.

O comércio internacional de produtos agropecuários com o vizinho país Peru ainda é pequeno. As perspectivas de incremento dessa atividade estão se concretizando após a conclusão da rodovia que facilitará a ligação do Brasil via Assis Brasil até o oceano Pacífico.

Há necessidade de melhora na infra-estrutura das unidades e abertura de concurso público para preenchimento das vagas existentes para um melhor atendimento ao público.

Descrição das medidas implementadas e ou a implementar para tratar as causas do insucesso:

Os atendimentos de exportação e importação pelas Unidades do Vigiagro são realizados através de demandas dos usuários, cujo sucesso dessa atividade depende da abertura de novos mercados e dos acordos entre os países envolvidos.

A implantação do SIGVIG é necessária para melhoria dos serviços prestados e melhor controle no comércio entre os países.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas.

As medidas para sanar as adversidades apresentadas no decorrer do percurso dependem em sua maioria de gestões junto à Coordenação Geral do Vigiagro, localizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Responsáveis:

- Coordenação Geral
- Chefe do DDA
- Chefes de Unidades

Descrição do Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão do Plano Interno.

O indicador estabelecido pela Coordenação Geral do Vigiagro é a partida inspecionada.

O índice de desempenho é medido em função do número de demandas apresentadas considerando o total de horas trabalhadas durante o período de um ano por cada servidor.

Responsável pela informação: Alexandre Maximiano - FFA, Chefe da UVAGRO de Epitaciolândia.

8. Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1426	Denominação: Conservação, manejo e uso Sustentável da Agro biodiversidade
Tipo do Programa: Finalísticos	
Objetivo Geral: Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da Agro biodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.	
Objetivos Específicos: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Gerente do Programa:	Responsável na UJ:

Público Alvo: Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.	
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa.	Número de Pessoas beneficiadas Número de palestras realizadas Número de reuniões realizadas

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
0	0	0	00	0	0

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de pessoas beneficiadas	2012	369	369		
2	Nº de palestras realizadas	2012	06	06		

Fórmula de Cálculo do Índice: (nº de beneficiados/nº previsto beneficiado) X 100

Fórmula de Cálculo do Índice: (nº de palestra realizada/nº palestra programada) X 100

Fonte: DPDAG/SFA-AC.

<p>Índice de indivíduos beneficiados. – Eficácia.</p> <p>Programado:</p> <p>Realizado: 369</p> <p>Fórmula para cálculo de eficácia:</p> <p>(Realizado / Programado) x 100 =</p> <p>Responsável pelo cálculo:</p>

- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
20	Normalização e qualidade	1426	8606	A	4	Unidade	-	-	-
20	-	1426	4720	A	4	Unidade	-	-	-

8.a. Ação Código 8606	Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – DESENG
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição	Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação Estadual – CAE	Augusto Jorge Simões e Silva - CAE
Coordenador Executivo da Ação Estadual–CEAE	Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Responsável Técnico pela Ação/PI	Augusto Jorge Simões e Silva - CAE Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.

Execução das Metas Físicas .

Durante os meses de janeiro e fevereiro a equipe da SeSAG/DPDAG/SFA-AC participou de reuniões com instituições parceiras e realizou atendimento ao público no total de 09 beneficiários;

Durante o mês de março foram realizadas visitas à feira de produtos orgânicos e participação em reunião com total de 34 beneficiários;

Durante o mês de abril a equipe participou de oficina de organização e gestão de Bancos de Sementes de Adubos Verdes e de reuniões com instituições parceiras no total de 31 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de maio a equipe realizou visitas técnicas a novos produtores do Programa Banco de Semente de Adubos Verdes, participou de Oficina de formação de multiplicadores sobre regularização de grupos de agricultores por meio de SPG e OCS, participou de Reuniões da omissão da Produção Orgânica/CPORG e realizou Palestra sobre Agricultura Orgânica nas Escolas Zuleide Pereira e Maria Angélica de Castro, totalizando 395 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de junho a equipe realizou atendimento ao público e participou de reuniões internas da SFA-AC;

Durante o mês de julho a equipe da SeSAG/DPDAG realizou palestra sobre Agricultura Orgânica no Projeto de Assentamento A Triunfo e no município de Porto Acre, com 41 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de agosto a equipe realizou palestra sobre Agricultura Orgânica na Escola Argentina Pereira Feitosa e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capixaba e realizou Oficina sobre Legislação para o Sistema Orgânico de produção na Comunidade Vila Campinas, totalizando 131 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de setembro a equipe realizou Oficina sobre Legislação para o Sistema Orgânico de Produção nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Porto Acre e Nova Califórnia/RO, e realizou Cursos de Horticultura Orgânica na Associação de Produtores Rurais Placidianos no Projeto de Assentamento Triunfo e Associação de Produtores Rurais da linha 05 PA Triunfo, município de Plácido de Castro/AC, totalizando 101 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de outubro foi realizada palestra sobre Agricultura Orgânica no Município de Brasiléia, com total de 80 pessoas beneficiadas;

Durante o mês de novembro a equipe realizou visita técnica a Produtores Rurais do Pólo Benfica, Pólo Wilson Pinheiro, município de Rio Branco, realizou visita técnica a Produtores Rurais de Brasiléia, realizou palestra sobre Agricultura Orgânica na Escola da Floresta, Rio Branco, Realizou Curso de Agricultura Orgânica no Projeto de Assentamento Alcoobras, Município de Capixaba, e Curso de Horticultura Orgânica para Produtores do km 26 em Brasiléia, totalizando 58 pessoas beneficiadas.

Durante o mês de dezembro a equipe participou de reunião com produtores da ACS Amazônia e com Sindicato de Trabalhadores Rurais de Capixaba, realizou visita técnica no Pólo Placidiano PA Triunfo, totalizando 44 pessoas beneficiadas.

O número total de pessoas beneficiadas no ano de 2012 foi 924.

Comparativo das principais Metas Físicas PI DESEENORG

Metas Físicas	Unidade de Medida	2010	2011	2012
Cursos realizados	Número de cursos	11	04	
Participação em reunião local	Número de reuniões	08	05	12
Participação em reunião nacional	Número de participações	-	-	
Capacitações (equipe)	Número de técnicos capacitados	-	03	
Palestras realizadas	Número de palestras	03	06	06
Visitas técnicas	Número de visitas	26	29	12
Capacitações em Agricultura Orgânica/Horticultura, palestras, visitas técnicas etc.	Número de pessoas beneficiadas	703	522	369
Semana dos Alimentos Orgânicos	Número de pessoas beneficiadas: produtores, estudantes, escolas e outros.	725	830	2.362
Programa Banco Comunitária de Sementes de adubos Verdes	Numero de Produtores beneficiados com o Programa.	86	-	-
Feira Agropecuária	Número de pessoas Beneficiadas	502	1.842	1.570

Produtores beneficiados com declaração de cadastro de produtor orgânico	Número de produtores beneficiados	-	51	51
Oficina sobre Legislação da Produção Orgânica	Número de Oficinas	-	-	3

Execução das Metas Financeiras PI DESENG

Execução Financeira /DESENG				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	-	13,334,00	12.861,74	96
339030	-	840,00	840,00	100
339036	-	2.212,50	2.006,00	91
339039		6.307,00	5.780,49	92

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Ações não programadas e executadas.

Discriminação	Unid. de Medida	Realizado
Produtores beneficiados com declaração de cadastro de produtor orgânico	Nº de declaração	51
Participação dos técnicos em treinamento em Auditoria de Certificadoras	Nº de Treinamento	1

Produtores beneficiados com declaração de cadastro de produtor orgânico, 51 (cinquenta e um) neste total 16 produtores oriundos do Projeto RECA do vizinho estado de Rondônia. Participação de um servidor em treinamento de fiscalização da produção orgânica em Brasília.

Comparativo das principais Metas Financeiras PI DESENG

Natureza da Despesa	Descentralizado pela COF**			Executado pelo CAE*		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
339014	16.783,00	12.317,80	13,334,00	16.265,62	12.317,80	12.861,74
339030	658,00		840,00	-		840,00
339036	885,00		2.212,50	-		2.006,00
339039	-	7.955,00	6.307,00	-	7.955,00	5.780,49

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados

O objetivo do MAPA no que concerne ao PI DESENG é o fomento. Observando os resultados alcançados em relação às demandas existentes, podemos considera como bom o desempenho do DPDAG no ano de 2012, uma vez que conseguimos satisfazer as demandas,

podendo ainda atingir níveis mais altos de satisfação do público alvo através de treinamentos voltados para a equipe do DPDAG e produtores rurais.

Descrição das medidas a implementar:

Organização de capacitações para a equipe do DPDAG bem como às equipes de instituições parceiras que atuem nas áreas de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SeSAG/DPDAG//SFA-AC.

8.b. Ação Código 4720	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica - CERTORGAN 1
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada ao seu empreendimento.
Descrição.	Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições. Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados: o credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito do Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados.
Unidade Responsável	Coordenação de Agroecologia – COAGRE / CGDS / DEPROS
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SeSAG/DPDAG/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN	Rogério Pereira Dias
Coordenador da Ação	Augusto Jorge Simões e Silva

Estadual – CAE	
Coordenador Executivo da Ação Estadual-CEAE	Gregory Santiago de Souza
Responsável Técnico pela Ação/PI	Augusto Jorge Simões e Silva – CAE Gregory Santiago de Souza – CAE Executivo
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 10.831 de dezembro de 2003 e Instrução Normativa nº 64 de dezembro de 2008.

Execução das Metas Financeiras PI CERTORGAN

Execução Financeira / CERTORGAN				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	-	4.028,12	3.501,21	87
339033	-	4.000,00	935,99	23
339036	-	796,50	796,50	100
339039	-	4.130,00	3.520,06	85

(*) Coordenador de Ação Estadual

(**) Sistema de Informações Orçamentárias

(***) Coordenadoria Orçamento e Finanças.

Avaliação descritiva dos resultados

Em novembro de 2012 a equipe da SeSAG juntamente com representante da Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia - ACS Amazônia, realizaram visitas técnicas ao Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro e Polo Agroflorestal Benfica ambos localizados no Município de Rio Branco, com objetivo de verificar informações necessárias para atualização de cadastro da ACS Amazônia como Organização de Controle Social junto à SFA-AC.

Nos dias 29 e 30/08/2012 foi ministrada oficina sobre legislação para os Sistemas Orgânicos de Produção para produtores rurais do Município

Em setembro de 2012 a equipe da SeSAG juntamente com representante da Associação de Certificação Socioparticipativa da Amazônia - ACS Amazônia realizaram visitas técnicas ao Projeto de Assentamento Humaitá no município de Porto Acre, Projeto de Assentamento Moreno Maia, no Município de Rio Branco, e Projeto RECA em Nova Califórnia, Rondônia, para orientação sobre procedimento de atualização de cadastro da ACS como Organização de Controle Social.

Nos dias 04 e 05/09/2012 foi ministrada oficina sobre legislação para os Sistemas Orgânicos de Produção para produtores rurais do Município de Assis Brasil/AC.

Nos dias 17 e 18/09/2012 foi ministrada oficina sobre legislação para os Sistemas Orgânicos de Produção para produtores rurais do Município de Brasília/AC.

Na semana de 15 a 19/10/2012, o FFA Gregory Santiago de Souza participou do Treinamento em Auditoria em Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, em Brasília/DF. Durante o treinamento foram abordados os seguintes assuntos:

- Auditoria, conceitos, componentes e periodicidade (INMETRO - ISO 19011/12; NIT/DICOR);
- Perfil, responsabilidades e competências do Auditor;
- Dinâmica da Auditoria sobre inspeções em Unidade Certificadora;
- Aplicação prática de auditoria em campo
- Discussão sobre procedimentos operacionais da garantia da qualidade (Manual)
- Agendamento e preparação das auditorias-testemunha em unidades de produção controladas pelas OACs credenciadas.

Descrição das medidas a implementar:

Responsáveis (órgão/serviço/seção) pela implementação das medidas

SESAG/DPDAG/SFA-AC.

8.c. Ação Código 2B47	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – 2B47 – INDIGRAF.
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição.	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	3994 - Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA/SDC/MAPA)

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	DPDAG/SFA-AC
Coordenadora de Ação Nacional – CAN.	Patrícia Saraiva
Coordenadora Executiva de Ação Nacional – CEAN.	
Responsável Técnico pela Ação/PI no âmbito da UJ.	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Lei 9.279/96, Decreto nº 5.351/05; Portaria MAPA nº 85/05, IN MAPA nº 1.305, IN MAPA nº 22/05, Decreto nº 5.741/06, artigo 45º da Lei nº 8.171/91 (Lei Agrícola), Resolução INPI nº 75, de 28/11/2000.

Resultados Alcançados

O incentivo à Indicação Geográfica da farinha de mandioca de Cruzeiro do Sul e Região é uma atividade que vem sendo desenvolvida desde 2007 pela SFA-AC quando se iniciaram as primeiras reuniões sobre o tema e capacitações de servidores. Em 2008 deram início às reuniões em Cruzeiro do Sul, através da realização do mini-curso, com participação da Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas de Produtos Agropecuários CIG/DEPTA/SDC/MAPA

Em 2012 pudemos avançar para viabilizar a obtenção do registro da IG por parte da Central Juruá, principalmente na aprovação da composição do Conselho Regulador e elaboração Estudo Histórico.

Ações em 2012:

No dia 03 de julho de 2012 foi realizada na Embrapa Acre uma reunião sobre a Indicação Geográfica da Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul com representantes da SFA-AC, da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS, Sebrae e Embrapa, com objetivo de organização da Semana da Tecnologia, prevista para o período de 17 a 21 de 2012 durante a qual seriam tratados assuntos referentes à solicitação de Termo de Anuência Prévia para acesso ao conhecimento tradicional, e também aqueles relacionados com o Registro a IG CZS.

No dia 21 de agosto de 2012 foi realizada Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS - Rio Branco/AC uma reunião para apresentação Levantamento Histórico da Indicação Geográfica da Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul realizado pela equipe do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação de

Cultura do Estado do Acre (DPHC-FEM). Durante a reunião a equipe do DPHC – FEM apresentou as metas já atingidas e solicitou do grupo sugestões para o direcionamento das próximas atividades voltadas à coleta de dados, bem como sugestões para elaboração da publicação final do documento. Estavam presentes na reunião representantes da SFA-AC, Embrapa, UFAC Campus Floresta, SEBRAE, SEAPROF, SEDENS, Departamento de Patrimônio Histórico do Acre DPHC-FEM.

No dia 19 de setembro de 2012 foi realizada uma reunião na Central Juruá em Cruzeiro do Sul para tratar da Indicação Geográfica da Farinha de Mandioca de Cruzeiro do Sul. O objetivo da reunião foi definir juntamente com a Central Juruá a composição do Conselho Regulador da IG. Esta composição foi realizada mediante manifestação oficial dos representantes legais das instituições e aprovada pela Central Juruá durante a reunião. Estavam presentes os membros do conselho regulador: representantes da Central Juruá, SFA-AC, Embrapa, UFAC Campus Floresta, SEBRAE, SEAPROF, SEDENS, Departamento de Patrimônio Histórico do Acre e Secretaria de Agricultura de Cruzeiro do Sul. Durante a reunião foi identificada a necessidade de alteração do estatuto Social da Central Juruá para inclusão da composição do Conselho Regulador e suas atribuições.

No período de 26/11 a 01/12/12 o FFA Gregory Santiago de Souza participou do Curso sobre o Processo de Signos Distintivos - Indicações Geográficas (IG) e Marcas Coletivas, realizado em Paraty, RJ. Durante o curso foram apresentadas as metas da Coordenação de Incentivo às Indicações Geográficas para o exercício 2013, bem como a metodologia de ação desta coordenação.

Execução Financeira / PI INDIGRAF				
Natureza da Despesa	Programado pelo CAE* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado pelo CAE	Índice de execução (%)
339014	3.363,00	3.363,00	3.363,00	100
339033	1.200,00	1.200,00	1.000,59	83,38
339039	500,00	500,00	400,00	80

8.d. Código 2B17	Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO
Tipo de Ação.	Atividade
Finalidade.	Acompanhar a execução de obras e serviços, bem como aquisição de máquinas e equipamentos, oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição.	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas.	Coordenação de Infra-Estrutura Rural – CIER / DIEL – DAS.
Áreas (dentro da UJ)	

responsáveis por gerenciamento ou execução da ação.	SEPDAG/DT/SFA-AC
Coordenador de Ação Nacional – CAN.	Mauro Vaz de Mello
Coordenador de Ação Estadual – CAE.	
Responsável Técnico pela Ação/PI.	Gregory Santiago de Souza
Competências institucionais requeridas para a execução da ação.	Portaria nº 367, de 31 de agosto de 2005; Acórdão TCU nº 2.285, de 2005 - Primeira Câmara; Instrução Normativa/STN nº 01, de 1997; Lei nº 8.666, de 1993.

Resultados alcançados em 2012.

Durante o exercício 2012 não houve descentralização de crédito para o PI FISCONTRATO e as atividades relacionadas à fiscalização de contratos de repasse MAPA/CAIXA em 2012 consistiram em auditoria junto à Gerência de Filial de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/RB, realizada no período de 19 a 21 de junho de 2012.

Esta atividade foi realizada pela FFA Sra. Marcia Simone Paiva de Albuquerque do Departamento de Infraestrutura e Logística DIEL/SDC/MAPA, com participação do FFA Gregory Santiago de Souza da SFA/AC. Esta atividade foi com objetivo de capacitação de servidores locais na atividade de auditoria do contrato MAPA/CAIXA

A partir das informações constatadas durante a auditoria foi elaborada nota técnica pela equipe do DIEL/SDC/MAPA que subsidiou a solicitação de providências a serem tomadas pela GIDUR/RB.

9. Código 0750	Apoio Administrativo
Tipo de Programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	Programa de Apoio Administrativo
Gerente do Programa:	
Órgão responsável pela execução do programa no âmbito da UJ.	Superintendência Federal de Agricultura no Acre/SFA-AC.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Antonio Cesar Lazzare
Produto	Superintendência mantida
Unidade de Medida:	unidade
Público alvo	Governo Federal

4.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	Apoio administrativo	0750	4716	A	3	Unidade atendida	1	1	1
Informações sobre os resultados alcançados									
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício			
		Data	Índice inicial	Índice final					
1	Unidade atendida	01.01.2012	100%	100	100%	100%			

• Indicadores de Desempenho da Área Administrativa.

SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA					
(%) Índice de Execução Orçamentária e Financeira	Eficácia	Execução Orçamentária e Financeira	(Créditos empenhados / Créditos provisionados) x 100	770890,69/803759,80 X100=	95,91%
lcfcd (%)	Eficácia	Índice de Conformidade das diárias	(Nº de diárias aptas para pagto / Nº de diárias recebidas)x 100	234/234=1 X100=	100%
lcfg(%)	Eficácia	Índice de Conformidade Contábil	(Nº de conformidades atribuídas sem restrição / Nº total de registros de conformidades)x 100	251/251 X100=	100%
lppd	Eficiência	Produtividade no pagamento de diárias	Nº de diárias pagas / Nº de servidores envolvidos	146 / 2= 73	73
lemp	Eficiência	Produtividade na emissão de empenho	Nº de empenhos emitidos / Nº de servidores envolvidos	183/2 = 91,5	91

SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS					
Isartsa (%)	Eficácia	Servidores administrativos em relação ao total de servidores ativos	Nº de servidores Administrativos / Nº total de servidores ativos) x100	19/41 = 0,4634 X 100 =	46,34%
lalimed (%)	Eficácia	Índice de Servidores Afastados por Licença Médica	Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	3/41= 0,7560 X 100 =	75,60
laffa (%)	Eficácia	Índice de Servidores FFA com afastamento por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	2/14 = 1,1428 X 100 =	14,28%

Fonte: SGP/SFA-AC.

Execução das principais metas Financeiras da Ação MANUTSFAS.

Natureza da Despesa	Programado pelo CAN* no SIOR**	Descentralizado pela COF***	Executado	Índice de execução (%)
339014	2.885,34	2.885,34	2.827,29	97,98
339030	5.595,98	5.595,98	5.595,98	100
339037	483.271,62	483.271,62	483.271,17	100
339033	6.800,00	6.800,00	5.121,89	75,32
339039	193.440,83	193.440,83	189.119,58	97,76
339139	3.800,66	3.800,66	3.765,88	99,08
339092	511,26	511,26	511,26	100
449052	105.320,00	105.320,00	101.570,00	96,43

4.3. - Identificação das Unidades Orçamentárias.

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura no Acre	00001	130088

4.4. Despesas por Modalidade de Contratação – créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2012	2011	2012
Modalidade de Licitação				
Pregão	33795,65	1072.014,32	33795,65	1072.014,32
Contratações Diretas				
Dispensa	53.995,50	167.174,01	53.995,50	167.174,01
Inexigibilidade	123.121,42	19.607,33	123.121,42	19.607,33
Regime de Execução Especial				
Cartões de Pagamento do Governo Federal.	24.183,91	11.821,08	24.183,91	11.821,08
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha(11)				
Diárias(14)	2.827,29	198.071,85	2.827,29	198.071,85

Fonte: Seção de Execução Orçamentária e Financeira /SEOF/SFA-AC.

4.5 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	130088	22101	15.969,33	0	1.363.368,59
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0	0
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida

Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	22101	105.320,00	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	0	0	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0	0	0

Fonte: SEOF/SFA-AC

4.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de Movimentação

Valores em R\$
1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	1.360.734,77		1.360.734,77		26.746,80			
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	101.570,00						101.570,00	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.7. Análise crítica.

O POA referente a 2012 resultou em 90% do valor repassado em 2011, este montante foi insuficiente até para cobrir as despesas com repactuações de contratos continuados. A UJ foi orientada a efetuar redução nos contratos de limpeza e conservação e sistema de vigilância. O orçamento para custeio da UJ sofreu redução significativa para o exercício corrente.

Item 5, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

5.1 - Utilização da conta tipo “B” e do cartão crédito corporativo pela UJ

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130088	Limite de Utilização da UG	80000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Geraldo de Melo Moura	001562562-15	8.000,00	1.430,00	5.932,40	7362,40
Marcia Martins Lopes	081043907-75	8.000,00	-00-	3.978,68	3978,68
Antonio Barbosa de Souza	068095022-20	8.000,00	-00-	480,00	480,00
Total Utilizado pela UG			1.430,00	10391,08	11821,08

Fonte: SEOF/SFA-AC.

5.1.1. Suprimento de Fundos - Visão geral.

Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (CPGF)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo “B”	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
130088	Superintendência Federal de Agricultura no Acre	0	1.430,00	10.391,08	11.821,08
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		0	1.430,00	10.391,08	11.821,08

FONTE: SEOF/SFA-AC.

5.2. Restos a pagar de exercícios anteriores.

No exercício de 2012 não houve Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Fonte: Seção de Execução Orçamentária e Financeira/SFA-AC.

5.3. Transferências de Recursos.

Tanto os Convênios como os Contratos de Repasse têm como **Concedente**, a **Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo do MAPA SDC-MAPA**. Em nenhum dos casos as transferências têm como concedente a SFA-AC. O SeSAG/DPDAG/SFA-AC desconhece a funcionalidade do Portal de Convênios que permite filtrar as informações referentes aos instrumentos de transferência conforme requerido neste item.

Fonte Sesag/DPDAG/SFA-AC.

5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aguardando Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC em Análise	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC não Aprovadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PC Aprovadas	0	0	0	0	0	0	3	11.821,08	4	24.183,91	4	25.051,97

Fonte: SEOF/SFA-AC.

5.5. Análise crítica:

A utilização do Cartão Corporativo do Governo Federal vem sendo reduzida significativamente a cada gestão. Em 2012 foram utilizado 48,87% do valor utilizado em 2011 e 47,19% em relação ao utilizado em 2010.

Item 6, Parte "A", do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/ 2012.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	54	54	1	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	54	54	1	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	39	39	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	15	1	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	1	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	55	55	2	-

Fonte: SRH/MAPA.

6.2 . Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	6	6	2	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	2	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício	-	-	-	-

Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	1	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	1	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	13	13	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	13	13	--	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	19	19	2	-

Fonte:

6.3 Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	5	8	7	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	5	8	7	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	1	-	4	3
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	1	-	3	2
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	1
3. Totais (1+2)	-	6	8	11	3

Fonte: SRH/SFA-AC.

6.4 Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	2	-	1	7	10	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	-	1	7	10	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores cedidos ou em licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	1	-	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	6	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	-	1	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	2	-	2	7	17	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE em 31/12/2012

6.5 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em
R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciais	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	1123072,43	-	1476771,16	102852,58	77044,77	14942,00	24296,18	-	162266,18	2981245,30
	2011	1091333,87	-	1508595,19	90653,61	82380,49	19328,00	20668,54	-	98988,26	2911947,96
	2010	1122069,89	-	1548874,09	131514,06	98407,82	18165,00	25897,53	-	63634,04	3008562,42
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	390678,16	88194,83	367855,01	47993,86	20133,05	8069,39	-	-	92077,02	1015001,32
	2011	475930,99	109078,82	473515,50	59952,16	21584,00	9918,26	-	-	64716,45	1214696,18
	2010	459800,93	112314,29	457805,59	33488,30	23684,00	4010,58	3363,12	-	42925,37	1137392,18
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	76131965	69861,49	298785,01	44070,52	54904,00	6601,71	4982,12	-	133499,50	1374024,00
	2011	549043,84	62425,14	216412,04	19417,60	47555,27	6150,04	3866,32	-	60637,62	965507,87
	2010	704443,89	69353,07	295476,27	38581,86	54383,72	3441,35	6095,37	-	71777,75	1243553,28
								Exercícios	Anos	Total	Média mês
									2012	5370270,62	447522,55
									2011	5092152,01	4424346,00
									2010	5389507,89	449125,66

Fonte: SIAPE em 31/12/2012

6.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	07	01
1.1 Voluntária	07	01
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	08	01
2.1 Voluntária	07	01
2.2 Compulsória	01	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	15	02

Fonte: SIAPE em 31/12/2012

6.7 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	05	02
1.1. Integral	05	02
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	14	-
3. Total (1+2)	19	02

Fonte: SIAPE em 31/12/2012

6.8 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	02	01	02	01
Concessão de pensão civil	01	01	01	01
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Totais	03	02	03	02

6.9 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	00	02	00	02
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Totais	00	02	00	02

6.10 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	02	00	00	00
Concessão de pensão civil	01	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
Total	03	00	00	00
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	00	00	00	02
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
Total	00	00	00	02

6.11. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento													
UG/Gestão: 130088						CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	26.07.13		09	-				A
2010	V	O	Nº 014	09228233/0001-10	01.12.2010	31.05.13		-	-	04			A

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
 Fonte: SCC/SFA-AC.

6.12. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento														
UG/Gestão: 130088							CNPJ: 003968950014/40							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	1	O	Nº 05	01175513/0001-04	02.07.2010	01.07.2013					06	-	-	A

LEGENDA - Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
 Fonte: SCC/SFA-AC.

6.13 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	05	05	04	03	24716,68
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
2. Nível Médio	03	03	03	03	13577,66
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 -	-	-	-	-	-
3. Total (1+2)	08	08	07	06	38294,34

Fonte:

- **Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.**

A situação da Força de Trabalho desta Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre é deficitária. Conseqüentemente, difícil de cumprir o papel institucional da Unidade em relação à Organização a contento.

Na SFA-AC há uma grande necessidade de contratação de servidores efetivos para a Área Administrativa, técnica e principalmente Agentes de Inspeção (nível médio). Para suprir a carência. Hoje a SFA-AC mantém parceria via Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Acre, em que é disponibilizada grande parte dos servidores que atuam na inspeção de produtos de origem animal, sem falar nos empregados das empresas fiscalizadas à disposição do Serviço de Inspeção Federal. No concurso realizado para provimento de vagas para esta área, a SFA-AC não foi contemplada.

É notado muita insatisfação e desmotivação entre os servidores, haja vista que as carreiras ditas de “apoio” não tem recebido tratamento igualitário em relação a reajustes, organização e valorização de carreiras.

Também, nota-se no Poder Executivo uma diferenciação de tratamento aos seus servidores, se comparado aos demais, dentre os quais podemos citar: vale-alimentação, diárias e gratificações de função com valores muito abaixo das oferecidas aos servidores dos demais poderes. Roga-se que esta situação seja tratada de forma ao seu equacionamento, com isonomia entre os poderes.

Em conseqüência da falta de concursos para área-meio, a SFA-AC atualmente operacionaliza sua metas praticamente com 01 (um) servidor lotado para cada setor, realidade que não é comum apenas a esta Superintendência, mas à maioria das demais e a todo o Poder Executivo, dificultando o cumprimento de metas e missão institucional.

Há necessidade da realização de concurso público de nível superior e médio para as áreas de Administração, Recursos Humanos, Financeira e Logística (TI), com uma remuneração digna, condizente e isonômica com as carreiras de fiscalização do MAPA.

Item 7, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Acre	3	3
	Rio Branco	1	1
	Epitaciolândia	1	1
	Assis Brasil	1	1
	UF “n”	3	3
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	Não há imóveis no exterior	0	0
	PAÍS “n”	Σ	Σ
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte: SAG/SFA-AC.

7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL		0	0
	Não há imóveis locados a terceiros.	0	0
Subtotal Brasil		0	0
Exterior		0	0
	Não há imóveis no exterior	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		0	0

Fonte: SAG/SFA-AC.

7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130088	0139.00189.500-3	Em regularização-entrega	Bom	17.440.195,00	21.08.08	-	-	-
130088	0139.00189.500-3	Em regularização-entrega	Bom	17.440.195,00	21.08.08	-	-	-
Total							Σ	Σ

Fonte: SAG/SFA-AC.

Análise crítica sobre a gestão de imobilizados:

O imóvel localizado em Rio Branco está dividido em blocos onde funcionam O Gabinete do Superintendente e Área Administrativa, a Divisão de Defesa Agropecuária, o Auditório, a Garagem e o Laboratório de Análise da Raiva Animal, todos se encontram em bom estado de conservação, necessitando apenas de manutenção no reboco e pintura interna e externa e algumas adaptações. O imóvel que funciona o Biotério encontra-se com rachaduras necessitando de manutenção física e pintura interna e externa; O imóvel localizado em Epiaciolândia necessita de reforma total, imóvel localizado no município de Assis Brasil encontra-se em bom estado de conservação. Há um imóvel que funcionava o Arquivo central da UJ, que precisa de reforma total e adaptações para instalação de um arquivo eletrônico.

A Superintendência Federal de Agricultura no Acre vem sofrendo ajustes no Plano Operativo Anual, e, as reduções financeiras são significativas, principalmente para investimentos.

7.4. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação.

Veículos Oficiais referem-se aos veículos que constam no Decreto 6.403 de 17/03/2008 e na IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ.

A área de transporte constitui-se em uma das principais da área meio, posiciona-se estrategicamente na consecução dos resultados da área fim, contribuindo dessa forma para que sejam prestadas com eficiência e eficácia as tarefas e atribuições emanadas das leis, decretos, instruções normativas, planos, projetos, programas, etc.

O impacto da frota de veículos da SFA/AC está expresso nas características das operações relacionadas ao atendimento das demandas geradas pelo setor agropecuário, tanto no âmbito técnico como administrativo.

Do ponto de vista técnico o impacto da frota de veículos reside na necessidade de uma versatilidade da Unidade Gestora para atender de forma eficaz aos alertas relacionados à Defesa Agropecuária, bem como denúncias, emergências sanitárias, fiscalização, dentre outras ocorrências.

Uma das razões da UJ adquirir sua própria frota é a capilaridade das estradas vicinais e suas péssimas condições de trafegabilidade que exigem uma frota específica para estas condições para garantia da eficácia na execução das atividades desta U.J.

c. Tabela de Classificação, utilização e caracterização dos veículos oficiais conforme e na IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.

Grupo IN SLTI nº 03 de 15/05/2008.	Condição do Veículo	Estado de Conservação.			Idade média	Média anual Km rodado Automóvel.	Custos Totais(R\$) Manuten/combust
		Bom	Médio	Ruim			
IV- veículos de serviços comuns, utilizados no transporte de servidor a serviço externo	Ativo	17	0	0	2009	3.640,94km	R\$. 44.032,25. Incluso custos com manutenção+óleo diesel+gasolina.
	Inativo	0	0	1			
	Cedidos	0	17	0			
	Sucateado			3			
Total		17	17	4		3.640,94km	R\$. 44.032,25

Fonte: NTR/SFA-AC.

d) Plano de substituição da frota.

Para substituição da frota da UJ, é utilizado o Anexo IV – Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV da IN SLTI nº 03 de 15/05/2008 que é enviado ao órgão central em Brasília MAPA.

e) Sistema de Controles do Serviço de Transportes.

Em Novembro de 2012 foi implantado o Sistema de Controle de Veículos Automotores do MAPA-SCVA, acesso pelo portal sistemasweb.agricultura.gov.br que permite o controle de entrada, saída, custos com manutenção, combustíveis e/ou quaisquer movimentação que seja efetuado com o automóvel.

f) Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.

A UJ Não tem veículos automotores contratados de terceiros.

Item 8, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

Não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência.

Item 9, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012.

9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? R: Extração. 				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. R: Não temos dados para gerar indicador a respeito, principalmente porque a maioria das aquisições é feita por Brasília.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). R: A Firma de limpeza e higienização contratada é quem fornece.				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Na UJ não houve aquisições recentes.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? O MAPA tem uma meta de redução de consumo em 0,48% para as Unidades descentralizadas. 				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Não houve aquisição recente. 			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? A UJ recolhe os cartuchos/refil e efetua a recarga. 					X
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Comunicações oficiais e corpo a corpo. 				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade

Dia 20 de fevereiro de 2013 a SFA-AC recebeu o Ofício Circ, nº 007/2013-SSESE/MAPA que faz referência ao lançamento do Plano Nacional de Desmaterialização de Processos-Administração sem Papel. Que Consiste num conjunto de iniciativas que visam promover a preservação em meios digitais, de forma segura e eficaz, de documentos, dossiês e processos nesse formato. Porém estamos aguardando o programa alavancar.

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	0	100resmas	0	0	3050,00	0
Água engarrafada/20L	600	450	758	2250,00	1525,00	3.411,00
Energia Elétrica	195.820Kwts	167.216Kws	181.214Kws	109.088,00	92.500,00	98.275,00
			Total	111.338,00	97.075,00	101.686,00

Fonte: SCC/SAG/SAD/SFA-AC.

Item 10, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ACRE – SFA-AC					002798
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	Ofício de requisição 66-336/2012.	Registro Fiscalis 336/2012	1 a 4 do anexo I		Ofício de Requisição 66-336/2012.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre–SFA-AC.					002798
Descrição da Deliberação					
OFICIO DE REQUISIÇÃO 66-336/2012					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre/					002798
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento do ofício nº 629/2012/SFA-AC/MAPA e documentos referente ao CNPJ 06240463000107 quais sejam: relação nominal dos dirigentes, cópia das Atas das Assembléias, Declaração da Autoridade máxima.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	184/2010-1	Acórdãos 151/2011, 2497/2012, 1784/2012	1.7	Monitoramento	Ofício 119/2013-TCU/SECEX-AC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – Sfa-Ac					002798
Descrição da Deliberação					
Determinar a SFA-AC, que encaminhe no prazo de 120(cento e vinte) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas para o cumprimento das determinação exaradas no Acórdão 151/2011-TCU-plenário.....					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre/ Seção de Gestão de Pessoas					002798
Síntese da Providência Adotada					
Encaminhamento do ofício nº34/2013/SFA-AC/, solicitação de prorrogação de prazo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Solicitação atendida, prazo prorrogado por 180(cento e oitenta dias) a partir de 01.02.2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – Sfa-Ac					002798
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	184/2010-1	Acórdãos 151/2011, 2497/2012, 1784/2012	1.7	Monitoramento	Ofício 119/2013-TCU/SECEX-AC
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – Sfa-Ac					002798
Descrição da Deliberação					
Determinar a SFA-AC, que encaminhe no prazo de 120(cento e vinte) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas para o cumprimento das determinação exaradas no Acórdão 151/2011-TCU-plenário.....					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre/ Seção de Gestão de Pessoas					002798
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Oficiou aos órgãos do Estado (esfera federal e Estadual) solicitação de Equipe de profissionais para realização e expedição de Novo Laudo Técnico de Insalubridade, os órgãos respostaram que não dispunham de recursos humanos e material para a realização do mesmo, conforme documentação contida no processo número 70100.000108/2013-82.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2012/03399	2.1.1.2	2012/03399
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Falta de separação de resíduos descartados.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SFA-AC, Comissão designada pela Portaria nº 074, BP nº 34 de 10.12.12..			002798
Síntese da Providência Adotada			

Designada Comissão (Portaria nº 074, BP nº 34 de 10.12.12..) para efetuar estudos objetivando implantação de coleta seletiva solidária para implantar e supervisionar a separação de resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação.
Síntese dos Resultados Obtidos
Efetuada reunião com servidores do SEMEIA que já vem trabalhando com a A3P , próxima reunião será com representante do CATAR.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O nº reduzido de servidores ativos do quadro do órgão, acarreta na acumulação de ações, ficando a execução das atividades prejudicadas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	2012/03399	2.1.1.4	2012/03399
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal De Agricultura, Pecuária E Abastecimento No Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Fragilidades nos controles internos relativos à fiscalização da execução do convênio nº 701959/2008			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fiscal do Convênio na SFA-AC, Instituto Dom Moacir/ Governo do Estado do Acre			002798
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhado relatório da prestação de contas à Coordenação Geral em Brasília. A Coordenação Geral de Prestação de Contas da Secretaria Executiva do MAPA encaminhou Nota Informativa CGPC/SE/MAPA nº 140/2012 ao Instituto Dom Moacir determinando que este inclua o Convênio no Sistema SICONV no prazo de dez dias. A inclusão do convênio no SICONV só pode ser efetuada pelo Instituto Dom Moacir.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Até a presente data o Instituto não fez a inclusão dos dados do convênio no SICONV.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	2012/03399	2.1.1.6	2012/03399
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Realizar estudo visando definir objetivos e metas para que sejam observadas as disposições normativas concernentes a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental e na aquisição de bens.....obrigatoriedade na divulgação de materiais ociosos para adoção a outros órgãos e entidades da administração pública.....			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor de Serviços Gerais da SFA-AC.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Portaria 048, BP nº 15 de 30.05.2012, Comissão para avaliação dos bens móveis passíveis de alienação, classificá-los como inservíveis, irrecuperáveis e antieconômicos conforme Decreto 99.658/90, artº 3º V, parágrafo único, alíneas “a e d”.			
Portaria nº 061, BP nº 27 de 28.09.2012, Comissão para desfazimento ou destinação de bens móveis desta UJ.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	2012/03399	2.1.1.7	2012/03399
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Acre – SFA-AC			002798
Descrição da Recomendação			
Recomendação 001,002 e 003: adotar rotinas visando a efetiva implementação dos controles internos da Unidade, Realizar estudos visando identificar processos/procedimentos críticos, Implementar mecanismos de monitoramento dos controles internos adotados para que haja minimização de erros...			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
MAPA/BSB./ SFA-AC.			002798
Síntese da Providência Adotada			
Durante o exercício de 2012 foram implantados os sistemas de controle de veículos (SCVA), sistema de gerenciamento de documentos (SIGED), sistema integrado de gestão (SIG) e o sistema integrado de avaliação do servidor (SISAD).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Embora os sistemas estejam em fase de adaptação, ajustes, os impactos de eficiência já podem ser observados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre			002798
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	2012/03399	2.1.1.4	2012/03399
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Acre			002798
Descrição da Recomendação			
Fragilidades nos controles internos relativos à fiscalização da execução do convênio nº 701959/2008			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Instituto Dom Moacir/ Governo do Estado do Acre			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Convênio encontra-se na situação “aguardando prestação de contas”, devido ao Instituto Dom Moacir não ter efetuado a Inclusão do mesmo e sua prestação de contas no sistema SICONV.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Cabe ao Instituto Dom Moacir efetuar a inclusão do referido convênio no sistema . A UJ SFA-AC, não tem esta autonomia.

10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	02		2011
	Entregaram a DBR	02		2011
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0		-
	Entregaram a DBR	0		-
	Não cumpriram a obrigação	0		-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	025		2011
	Entregaram a DBR	025		2011
	Não cumpriram a obrigação	0		-

Fonte:

10.5.1. Análise crítica.

A **Seção de Gestão de Pessoas / SGP/SFA-AC**, recebe as DBR, que são entregues em papel e são guardadas na Seção em arquivo manual. Todos os servidores que se enquadram na lei nº 8.730/93 entregaram as cópias da DBR em dias.

10.6. Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

Eu, Senilda Pereira Lima da Silva, CPF nº 339328752-49, responsável pela inclusão dos dados no **Comprasnet (SICAF, SIASG)** e Etimildo Lopes de Oliveira, CPF nº 095923852-20 no **SICONV**, Datilógrafos, exercidos na Superintendência Federal de Agricultura no Acre, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio Branco-AC, 15 de março de 2013.

Senilda Pereira L. da Silva,
CPF nº 339328752-49
Datilógrafo/SFA-AC.

Etimildo Lopes de Oliveira,
CPF nº 095923852-20
Datilógrafo/SFA-AC.

Item 11, Parte “A”, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT. FED. DE AGRIC., PEC. E ABASTECIMENTO /AC		130088	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>104 SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	31 de dezembro de 2012
Contador Responsável	Alberto Jerônimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

11.2. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não houve durante o exercício de 2012.

Antonio Cesar Lazzare
Superintendente da SFA-AC.